

## ATA DA 1ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Ao primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a plenária no formato online, com início às 14h, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos(CEDH), participaram os **conselheiros governamentais**: Felipe dos Passos, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF), Débora Nunes Barbosa, conselheira titular (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS), Marcos Leandro Espíndola, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Educação – SED) e Mirella Iltá, conselheira suplente (Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC) e **conselheiros da sociedade civil**: Lucilene Binsfeld, conselheira titular (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Erli Aparecida Camargo, conselheira titular (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER), Yara Hornke, conselheira titular (Conselho Regional de Psicologia – CRP12), Maria Lúcia Haygert, conselheira suplente (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Celina Duarte Rinaldi (Instituto Gentes de Direitos – IGENDES), Cláudia Andrieux, conselheira titular (Instituto Arco-íris), Diego Lopes, conselheiro titular, Centro dos Direitos Humanos de Itajaí – CDHI e como **convidada** a diretora de Direitos Humanos, senhora Sabrina Mores. A **plenária é aberta (1)** pela presidenta Erli (FINER) dando as boas-vindas a todos e na sequência foi feita a **leitura da pauta** e o **levantamento de quórum (2)**, após conferido o quantitativo suficiente para as deliberações foi dado continuidade a reunião com início do **ponto (5) Informes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS, sobre o Termo de Referência, pela diretora de Direitos Humanos**. Sabrina (SAS/DIDH) cumprimentou a todos e deu início a sua fala mencionando reunião anterior feita entre a Mesa Diretora do CEDH e a própria diretora com pauta única: Conferência Estadual de Direitos Humanos. Nessa reunião foi apresentado o processo SAS 2041/2023 para compartilhamento de algumas informações importantes que seria a data de encaminhamento do Termo de Referência e prazos legais necessários para os trâmites do referido processo. A diretora explicou que para a contratação conforme os trâmites burocráticos válidos para todas as Secretarias, existe uma orientação para que seja feito entre 180(cento e oitenta) até 120 (cento e vinte) dias no mínimo de tramitação do processo. A diretora comentou que quando nomeada em 26 de janeiro e assumiu o cargo, recebeu o processo em referência contendo a solicitação dos serviços e materiais para realização da Conferência, contendo informação do setor de eventos, responsável pela tramitação dos processos de contratação, destacando não haver tempo hábil para realizar a contratação conforme prevê a legislação. Na sequência a diretora respondeu para ciência do CEDH. Retomou a reunião com a Mesa Diretora em que foi proposta a possibilidade de alterar a data da Conferência para que seja dado andamento dentro do que prevê a legalidade para contratação dos serviços e materiais previstos no Termo de Referência. Nessa mesma reunião foi explicado que os serviços de intérprete de libras e relatoria, ambos haviam sido feitos a parte com vigência até outubro de 2024, desta forma estavam garantidos esses serviços para realização do evento. A diretora mencionou estar ciente das tratativas anteriores por meio da ata de 09 de março de 2024 em que a diretora na época, Ana Carolina de Castro e a secretária do conselho, informaram ao CEDH acerca desse prazo de 6 (seis) a 8 (oito) meses e, o Termo de Referência chegou ao gabinete na data de 19 (dezenove) de dezembro de 2023, para realização na data de 16 de março de 2024. Sabrina (SAS/DIDH) se colocou à disposição caso houvesse dúvidas. A presidenta questionou a diretora se alterada a data, o governo iria custear 100% (cem por cento) do evento, uma vez que feito esse questionamento em momento anterior quando solicitado para alterar a data da Conferência e a resposta foi a, de que não haveria certeza. Sabrina (SAS/DIDH)

55 respondeu que a informação obtida era a de que havia finanças para a execução  
56 dentro do que está previsto no Termo de Referência atual. Mas, caso houvesse  
57 mudanças acarretaria em uma reorganização de orçamentos. Quando questionada  
58 pelo conselheiro Felipe dos Passos (SEF) sobre uma possível dispensa de  
59 licitação, baixando o valor para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) reais conforme  
60 previsão legal. A diretora disse que, no caso da SAS, não seria viável juridicamente,  
61 justificou explicando que existem na pasta outras conferências em andamento com  
62 objetos semelhantes, uma dispensa poderia ser visto de forma negativa pelo  
63 Tribunal de Contas do Estado. Dando continuidade, a presidenta fez um informe  
64 acerca do **item (4) Informes do Conselho Nacional de Direitos Humanos –**  
65 **CNDH**, Erli (FINER) informou que na reunião do dia 20 de fevereiro, um dia antes  
66 da reunião com a diretora Sabrina, relatou que o Conselho Nacional não teria  
67 estipulado o texto base para a Conferência de Direitos Humanos com previsão para  
68 o próximo ano com a possibilidade de a união estar custeando para a sociedade  
69 civil participar. A presidenta mencionou ter conhecimento de questionamento feito  
70 pela SAS referente a validade da Conferência, e afirmou que por diversas vezes  
71 tinha feito o informe de que a Conferência Estadual seria validada conforme o que  
72 foi dito em reunião do grupo nacional de referência dos conselhos de direitos. A  
73 proposta do CNDH seria levar para o contexto das conferências em geral a criação  
74 dos Planos Estaduais e a revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos. O  
75 conselheiro Rogério Corrêa (CUT-SC) questionou a diretora se correria o risco de  
76 demais conselhos solicitarem a dispensa de licitação, a resposta foi afirmativa uma  
77 vez algumas dessas apresentarem valores semelhantes. O conselheiro Felipe dos  
78 Passos (SEF) questionou o que teria disponível caso a data permanecesse. A  
79 presidenta respondeu que somente os serviços de intérprete de libras e relatoria,  
80 os demais não seriam disponibilizados. Seguiu-se a votação, com os votos da Erli  
81 Camargo (FINER), Celina Duarte (IGENTES), Lúcia Haygert (IMDH-UFSC), Yara  
82 Hornke (CRP-12), Lucilene Binsfeld (CUT-SC), Felipe dos Passos (SEF), Diego  
83 Lopes (CDHI) e Cláudia Andrieux (Instituto Arco-íris) em manter a data do dia 16  
84 de março, e um voto a favor do adiamento, da conselheira suplente Mirella Iltá,  
85 representando a Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC). A diretora Sabrina  
86 Mores (SAS/DIDH) solicita que no processo referido anteriormente, seja inserida a  
87 ata dessa plenária como forma de comprovação de que o CEDH estava ciência de  
88 que não contaria com o apoio total do governo. Concluiu garantindo ao conselho  
89 ampla visão, falou da importância de ser observada a Política de Direitos Humanos  
90 em Santa Catarina, porém, que fosse feita de forma organizada, dentro do que se  
91 prevê as legislações no quesito das licitações, se colocou à disposição e agradeceu  
92 o espaço de fala. A presidenta pediu para que fosse feito o registro em ata onde  
93 teria sido comunicado anteriormente que o dia da Conferência os conselheiros  
94 seriam convocados como um dia de plenária. A reunião foi finalizada com uma  
95 breve despedida de cada uma dos presentes e encerrada pela presidenta que  
96 agradeceu a presença de todos/as. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei  
97 a presente ata, e juntamente com a Erli, presidenta do CEDH/SC, assinamos.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **UF068U1L**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:41

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1VGMDY4VTFM> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **UF068U1L** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**Reunião Ordinária**  
**ATA 76/24**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 08/02/2024	Local: Plataforma On-line google pelo link <a href="https://drive.google.com/file/d/1zD9QhnnTVa3RVG1GT0dirLDqPu34TpPQ/view">https://drive.google.com/file/d/1zD9QhnnTVa3RVG1GT0dirLDqPu34TpPQ/view</a>	Horário:1 3:30h
---------------------	--	--------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Erli Aparecida Camargo	Fundação Instituto Nereu Ramos	Compareceu
Vera Lúcia Vargas	Fundação Instituto Nereu Ramos	Compareceu
Mayara Modolon	Secretaria de Estado da Casa Civil	Compareceu
Nasser Haidar Barbosa	Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz	Compareceu
Nalá Sánchez	Instituto Arco-Íris	Compareceu
Cláudia Andrieux	Instituto Arco-Íris	Compareceu
Guilherme dos Santos Papini	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço - SICOS	Compareceu
Diego Lopes	Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	Compareceu
Lucilene Binsfeld	Central Única dos Trabalhadores	Compareceu
Débora Nunes	Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS	Compareceu
Leonardo Marcondes	Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	Compareceu
Lúcia Haygert	Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC	Compareceu
Rosemeri Prado	Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina - FECESC	Compareceu
Yara Hornke	Conselho Regional de Psicologia – CRP12	Compareceu

Jaqueline Manchein	Pastoral do Povo da Rua	Compareceu
<b>PARTICIPANTES CONVIDADOS</b>		
Andreza Maria do Carmo		
Maria Aparecida Lucca Caovilla	Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado de SC	Compareceu
Mateus Vinícius F. Corrêa	Comissão de Direitos Humanos da OAB-SC	Compareceu
Naida Marques	Professora da Rede Estadual de Ensino	Compareceu
Milene Mahs	Estagiária da Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos	Compareceu
Franciely Valentim da Silva		
Daniel Santos	Movimento Nacional da População em Situação de Rua	Compareceu
Luciana Pereira		
José Aparecido Félix		
Pedro Carlos		

<b>PAUTA</b>	<b>Deliberação</b>
--------------	--------------------

1) <b>Abertura</b>	1. Abertura com as boas-vindas da presidenta Erli Camargo (FINER)
2) <b>Levantamento de quórum</b>	2. Feita a leitura dos conselheiros/as presentes constatando-se desta forma haver quórum suficiente para as deliberações.
3) <b>Leitura e aprovação da ordem do dia</b>	3. Reorganização dos pontos de pauta, aprovada com adiantamento dos pontos 8 e 10 no lugar do ponto 5. Momento de Formação com a professora e conselheira Nalá Ayalén Sánchez com tema: Racismo Estrutural, antes da apresentação de denúncia com a professora Naida Marques.
4) <b>Apresentação de denúncia com a participação da professora Naida Marques</b>	4.1 Cobrança efetiva do Estado para que as Políticas Anti-racistas sejam efetivadas para além dos órgãos de fiscalização; 4.2 Análise da Comissão de Monitoramento do CEDH quanto ao assunto; 4.3 Buscar realizar ações conjuntas entre o CEDH e o Fórum de Conselhos de Direitos, inclusive o Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes. Sugestão professora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) acionar o Conselho Estadual de Educação para reivindicação do órgão sugerido pela denunciante.
10) <b>Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação</b>	<b>Informes da reunião do dia 08/02:</b> 1) <i>Demandas encaminhados:</i> 1.1) Local; 1.2) Data;
8) <b>Comissão Organizadora da 6ª Conferência Estadual de Direitos Humanos;</b>	1.3) Horário; 1.4) Regimento Interno; 1.5) Compilação dos relatórios; 1.6) Compilação dos relatórios; 1.7) Intérprete de libras; 1.8) Eixos temáticos; 2) <i>Demandas pendentes:</i> 2.1) Definição de conselheiro(a) para condução dos eixos; 2.2) Transporte dos delegados (as); 2.3) Pesquisar os restaurantes próximos; 2.4) Acompanhamento das inscrições online; 2.5) Definir os convidados para Mesa de Abertura; 2.6) Equipamentos de som, informática. 2.7) Acompanhar a finalização da compilação dos relatórios; 2.8) Materiais: pastas, relatório impresso, canetas. Crachás, bloco de anotações; Lista do credenciamento (nome, localidade, delegado, assinatura); Inscrições até o limite máximo de 130 (pessoas)  3) Definido que a abertura seria feita uma coluna de representatividade; 4) Daniel dos Santos (Movimento Nacional População de Rua -MNPR) auxiliará na intervenção cultural e a presidenta Erli (FINER) se

	<p>comprometeu a entrar em contato com o grupo das Madalenas;</p> <p>5) A conselheira Lúcia Haygert ( IMDH-UFSC) informou que no sábado não tem disponível na UFSC: técnico de informática, nem serviço de limpeza, nem local para fazer café, não teria notebook para os relatores e solicitou para a gerente Débora (GEMDH/SAS), um (a) estagiário (a) para no credenciamento.</p> <p>6) A secretária do CEDH informou que o Termo de Referência retornou para retirada do serviços de relatoria e de intérprete de libras porque havia um contrato único vigente para a Conferência do Conselho Estadual da Juventude, a Conferência do CEDH e as plenárias do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CONEDE. O que foi garantido seria o material impresso, as diárias dos conselheiros do CEDH e os serviços de relatoria e intérprete de libras. A gerente reforçou dizendo que as passagens para os delegados regionais não estava garantida, e nem os coffee breaks.</p> <p>7) Agendar reunião entre a Mesa Diretora e a nova Diretora de Direitos Humanos, Sabrina Mores.</p>
<b>9) Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos</b>	9) A Comissão não conseguiu se reunir este ano.
<b>11) Comissão Permanente de Legislação e Normas</b>	11) A Comissão não se reunião neste ano. A presidenta sugeriu que o item 7 de pauta fosse discutido por essa Comissão para apresentação de sugestões de encaminhamentos posterior.
<b>7) Discussão acerca do P.L. nº 8.874/2023 que “Dispõe sobre a proibição de manifestações populares na mesma data e local destinados a realização do desfile cívico-militar do dia 07 de setembro”.</b>	7.1) Discutido na <i>Comissão de Legislação e Normas</i> para apresentação de sugestões de encaminhamento na próxima plenária.
<b>12) Comissão Especial de Garantias Populares em Situação de Rua</b>	12) Discutido sobre o documento encaminhado pela Vereadora Carla Ayres sobre as internações compulsórias da População em Situação de Rua.  12.1) A Comissão deve se reunir para apresentação de propostas concretas ao CEDH acerca do tema;

	<p>12.2) Daniel dos Santos (MNPR) comunica que estava se organizando um grupo do Conselho Nacional em Brasília para realização de visita ao Estado de Santa Catarina de 08 a 12 de abril;</p> <p>12.3) Eri Camargo (FINER) informou que a assessoria da vereadora Carla Ayres sugeriu que o CEDH emita uma nota referente ao tema;</p> <p>12.4) Sugestão da presidenta: <i>Comissão de Legislação e Normas</i> redação da nota para entrega ao representante do CNDH no dia da Conferência Estadual;</p> <p>12.5) Nasser (CDH Maria de Graça Braz) sugeriu fortalecer a comissão a partir do contato com diversos órgãos de forma a pressionar os gestores e cobrar quais ações efetivas são tomadas (ou não);</p> <p>12.6) A presidenta sugeriu que o CEDH pense juntamente com a Comissão realizar um Seminário entre os Comitês Municipais para comartilhamento de ideias;</p> <p>12.7) A conselheira Yara Hornke (CRP12) sugeriu organizar uma Campanha para criação de Comitês Municipais;</p> <p>12.8) Daniel dos Santos (MNPR) comunicou que esteve na Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS junto com a vice-presidente dona Ivone Perassa (Pastoral) para buscar informações acerca da situação atual do decreto que trata da criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua – CIAMP. O convidado disse que foram informados que faltava apenas a assinatura da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP para finalização do documento. O prazo dado para constituição do CIAMP e o Decreto seria até Julho de 2024, conforme relato;</p> <p>12.9) Débora Nunes (GEMDH/SAS) fez um relato acerca dos encaminhamentos feitos referentes tanto ao Projeto de Lei quanto ao Decreto e CIAMP, e se comprometeu a compartilhar no grupo da Comissão as cartilhas de orientação aos municípios e demais documentos referentes ao assunto.</p>
<p><b>13) Informes Gerais/Agenda Livre</b></p>	<p>13) A conselheira Jaqueline (Pastoral) comunicou que no dia 08 de março será realizado evento com participação do senhor Francisco, do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania que discutirá sobre a importância dos Comitês.</p>

<b>5) Justificativas de ausências</b>	5.1) Celina Duarte (IGENTES) justificou no grupo geral; 5.2) Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) estava em sessão de fisioterapia; 5.3) Ivone Perassa (Pastoral) estava em evento em Brasília;
<b>6) Devolutiva das ações da plenária anterior</b>	Publicada a Resolução nº 11/23 que institui a Comissão Não Permanente Pró Mecanismo e Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, foi criado grupo de WhatsApp para início dos trabalhos porém ainda aguardando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP.
<b>OBSERVAÇÃO</b>	Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC. Reunião foi encerrada às 16h42min. e a ata foi lavrada pela secretaria Manuela Brandão da Silveira Ribeiro e, juntamente a presidenta Erli, assinamos.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **ODM8DY65**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:41  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzBETThEWTY1> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **ODM8DY65** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**Reunião Ordinária**  
**ATA 77/24**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 18/04/2024	Local: Plataforma On-line google pelo link <a href="https://drive.google.com/file/d/1zD9QhnnTVa3RVG1GT0dirLDqPu34TpPQ/view">https://drive.google.com/file/d/1zD9QhnnTVa3RVG1GT0dirLDqPu34TpPQ/view</a>	Horário:1 3:30h
---------------------	--	--------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Erli Aparecida Camargo	Fundação Instituto Nereu Ramos	Compareceu
Cláudia Andrieux	Instituto Arco-Íris	Compareceu
Guilherme dos Santos Papini	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço - SICOS	Compareceu
Lucilene Binsfeld	Central Única dos Trabalhadores	Compareceu
Katia Freitas da Silva	Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS	Compareceu
Maria Del Carmen	Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC	Compareceu
Rosemeri Prado	Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina - FECESC	Compareceu
Gabriela Rabello	Conselho Regional de Psicologia – CRP12	Compareceu
Leandro Marcos	Secretaria de Estado da Educação	Compareceu
Sílvia Cantarino	Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	Compareceu
Felipe dos Passos	Secretaria de Estado da Fazenda	Compareceu
Rogério Corrêa	Central Única dos Trabalhadores- CUT-SC	Compareceu
Celina Duarte	Instituto Gentes de Direitos - IGENTES	Compareceu
Fernanda Fidelis	Secretaria de Estado da Saúde - SES	Compareceu presencial

PARTICIPANTES CONVIDADOS		
Jaqueline Maccoppi	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de SC	Compareceu
Elna Fátima Pires de Oliveira	Secretária do Conselho Estadual dos Povos Indígenas	Compareceu

PAUTA	Deliberação
<b>1) Abertura.</b>	1. Abertura com as boas-vindas da presidenta Erii Camargo (FINER)
<b>2) Levantamento de quórum.</b>	2. Feita a leitura dos conselheiros/as presentes constatando-se desta forma haver quórum suficiente para as deliberações.
<b>3) Leitura e aprovação da ordem do dia.</b>	3. Aprovado por unanimidade com a inserção no item das Comissões, a Comissão de Legislação e Normas.
<b>4) Justificativas de ausências.</b>	4. Apresentado apenas da conselheira titular da Secretaria de Estado da Saúde, Ludmilla Malta, porém estava presente sua suplente, senhora Fernanda Fidelis.
<b>5) Aprovação das atas pendentes, 73ª, 74ª e 75ª.</b>	5. Atas aprovadas por unanimidade com pedido de abstenção da conselheira Fernanda Fidelis que está acompanhando recentemente o Conselho.
<b>6) Acompanhamento de representantes do CEDH junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos em visita ao Estado entre os dias 08 a 12 de abril para apurar violações aos direitos humanos da população em situação de rua e investigar o aumento de células neonazistas no Estado.</b>	6. Operacionalizar ações estratégicas semelhantes a missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), com visitas <i>in loco</i> , pelo menos 2 (duas) a 3 (três) vezes ao ano, em abrigos, unidades terapêuticas, e demais instituições conjuntamente com outros conselhos/órgãos. A pedido da presidente, fica registrado que a gestão municipal de Blumenau tinha conhecimento da missão porque foi oficializado pelo CNDH e demais autoridades, em especial, a educação, solicitando agenda, e não foi obtida resposta. Registra-se, a pedido da presidenta, a ausência de ajuda de diária e passagem aos conselheiros/as devido ao processo de licitação.

<p><b>7) Comissão Especial de Garantias da População em situação de rua. 7.1) Apresentação de propostas referente as internações compulsórias.</b></p>	<p>7. Os membros não estavam presentes, ficando esse ponto para ser discutido na próxima plenária.</p>
<p><b>8) Participação na Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina para discutir sobre o Programa Estadual Saúde sem Drogas entre Pessoas em Situação de Rua realizada no dia 02/04/2024.</b></p>	<p>8. Os participantes não estavam presentes, ficando esse ponto para discussão na próxima plenária. Sugestão que a Comissão de Formação faça uma busca do link dessa audiência para conhecimento do CEDH.</p>
<p><b>Comissão de Legislação e Normas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Remarcar reunião com mais membros presentes para deliberações e esclarecimentos quanto a 2 ou 3 pontos específicos da proposta de lei para apresentação na próxima plenária.</li> <li>• A Comissão sugere que na vacância de cadeira da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, extinta SOL, seja convidada, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina para assumir o assento por meio de uma interlocução a partir da presidente.</li> </ul>
<p><b>9) Comissão Organizadora da 6ª Conferência Estadual de Direitos Humanos.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em virtude dos vários momentos de obstrução da pauta o que dificultou o andamento dos trabalhos;</li> <li>• De acordo com o que ficou firmado no dia da Conferência em se discutir em grupos de eixos em separado conforme foi encaminhado no Termo de Referência:</li> </ul> <p>Destaca-se a fala da conselheira Katia e da secretária de conselho Manuela, que o Regimento Interno deve estar em total conformidade com o Termo de Referência.</p> <p>Encaminhamentos: reunião da Comissão de Legislação para construir um aditivo ao Regimento Interno quanto a participação das pessoas, com limitação de tempo e de destaques e, reserva de mais duas salas pela conselheira Maria Del Carmen para a discussão em grupos por eixos.</p>
<p><b>10) Informes Gerais/Agenda Livre.</b></p>	<p>10) Celina fez um breve relato da visita técnica feita pela Comissão de Soluções Fundiárias do CEDH na ocupação Anita Garibaldi realizada no dia 21 de março de 2024, a</p>

	<p>convite pela Comissão do Tribunal de Justiça.</p> <p><b>Encaminhamento:</b> a Comissão de Legislação e Normas, irá elaborar uma Resolução, que após publicada será encaminhada juntamente ao relatório, por meio de ofícios para a <b>Centrais elétricas de Santa Catarina (CELESC), Comando do Corpo de Bombeiros, Governo do Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Florianópolis e Defesa Civil.</b></p> <p>Convite feito pelos conselheiros Rogério (CUT-SC) e Lucilene (CUT-SC) para participarem de ato organizado pelas centrais e a própria CUT, por regiões, em comemoração ao dia do trabalhador.</p> <p>O relatório da missão referente a população de rua do CNDH no Estado de Santa Catarina será encaminhado diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) com seu desdobramentos dentro dos Estados e do próprio Ministério de Direitos Humanos e Cidadania;</p> <p>O relatório da missão de investigação do aumento de células neonazistas será encaminhado diretamente a Organização das Nações Unidas (ONU) com os mesmos desdobramentos;</p> <p><b>O CEDH deverá responder ao questionário que foi encaminhado pelo CNDH até o dia 20 de maio, onde deve ser apresentados os casos/situações envolveno o assunto direta ou indiretamente;</b></p> <p>Retomada dos trabalhos da Comissão Não Permanente Pró- Mecanismo e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, no mês de maio, com o <b>encaminhamento de ofício a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC</b>, para indicação de seu representante devido a substituição de seu presidente.</p> <p>A partir de seu informe sobre a 4ª etapa regional da Conferência Nacional do Trabalho e da Educação na saúde, a conselheira Lucilene (CUT-SC) propõe como ponto de pauta para a próxima plenária a saúde no Estado e as cirurgias eletivas, sendo complementada pela presidente Erli (FINER) para convidar um representante do Conselho Estadual de Saúde.</p>
<p><b>OBSERVAÇÃO</b></p>	<p>Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC.</p> <p>Reunião foi encerrada às 16h42min. e a ata foi lavrada pela secretaria Manuela Brandão da Silveira Ribeiro e, juntamente a presidenta Erli, assinamos.</p>



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **SA128E6J**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:41  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1NBMTI4RTZK> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **SA128E6J** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**78ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC  
ATA 78/24**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 16/05/2024	etx-jgxt-yif (2024-05-16 14:10 GMT-3)	Horário:14 horas
------------------	---------------------------------------	------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Erli Aparecida Camargo	Fundação Instituto Nereu Ramos	presente
Cláudia Andrieux	Instituto Arco-Íris	presente
Celina Duarte Rinaldi	IGENTE	presente
Guilherme dos Santos Papini	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço - SICOS	presente
Juliana Lima	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	presente
Lucilene Binsfeld	Central Única dos Trabalhadores	presente
Kátia Freitas	Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS	presente
Leonardo Marcondes	Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	presente
Lúcia Haygert	Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC	presente
Rosemeri Prado	Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina - FECESC	presente
Felipe do Passos	SEF/SC	presente
Jaqueline Manchein	Pastoral do Povo da Rua	presente

**PARTICIPANTES CONVIDADOS**

Rosa Oliveira	Comissão LGBTQIA+	
Ana Paula Mendes	Comissão LGBTQIA+	

<b>Pauta</b>	<b>Deliberações</b>
1)Abertura	Abertura com as boas-vindas da presidenta Erli Camargo
2)Levantamento de quórum	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes constatando-se desta forma haver quórum suficiente para as deliberações.
3)Leitura e aprovação da ordem do dia	Aprovada, com exclusão do item 2.1.1 - Tema de formação: saúde, sugerido pela conselheira Lucilene.
4)Correspondências enviadas e recebidas	A única correspondência enviada foi referente a convocação da reunião. Com o pedido de exoneração do cargo de secretária de Conselho, realizado pela servidora Manuela Ribeiro, prejudicou o envio de processos, principalmente via SGPe, como por exemplo a Resolução da ocupação Anita Garibaldi aprovada em Plenária e ainda não encaminhada.

5) Aprovação das Atas Plenárias nº 75, 76 e 77.	As Atas de números 75, 76, 77 foram previamente enviadas aos e-mails em 25/04/2024 pela ex-secretária (sendo duas plenárias ordinárias e uma extraordinária). <b>Aprovadas por unanimidade.</b>
<b>Pauta Temática</b>	
1. Resposta do CEDH-SC ao questionário do CNDH sobre as células neonazista em SC	A Presidenta propôs que o questionário sobre as células neonazista em SC, além de ser respondido individualmente, seja respondido nas comissões do CEDH e posteriormente avaliado pelo Conselho. A Plenária sugeriu que devido ao exíguo tempo para resposta (até o fim de abril) a Presidenta fique responsável pelas respostas e compartilhe no grupo para validação dos/as Conselheiros/as. <b>A presidenta aceitou a proposta</b> , informando que buscaria as respostas nas Atas, pois o que está solicitado no questionário já foi tratado em reuniões anteriores. Complementou que até 21 de abril vai colocar no grupo suas contribuições para a manifestação. Em 27 de abril, caso não haja manifestação, será considerado que o conselheiro/a está de acordo com o questionário.
2. Momento das comissões 2.1. Comissão de políticas públicas e formação: 2.1.2. GT de organização da Conferência do dia 16 de julho: relatório do primeiro dia e encaminhamentos restantes (trâmite do processo do Termo de Referência), publicação de Resolução convocando para o dia 26 de julho, Moções. 2.1.3. Campanha Mais Livros, menos armas: por uma cultura de paz	2.1. Comissão de políticas públicas e formação: 2.1.1. Tema de formação: saúde - item suprimido da pauta. 2.1.2. GT de organização da Conferência do dia 16 de julho: relatório do primeiro dia e encaminhamentos restantes (trâmite do processo do Termo de Referência), publicação de Resolução convocando para o dia 26 de julho, Moções. Foi informada pela representante da SAS, Kátia Freitas, que a segunda etapa da 6ª Conferência, prevista para 26 de julho de 2024, está em tramitação na SEA/SC, a qual providencia o processo licitatório. A conselheira Lucilene perguntou sobre as moções, se houve votação, via formulário, pelos/as delegados/as. A presidenta comunicou que o Relatório da 1ª etapa foi realizado por uma comissão de Lages/SC. Os Relatórios, referentes à segunda etapa irão se ater aos eixos faltantes (III, IX e X) e serão relatados pela mesma comissão. Sobre a alteração do Regimento Interno da Conferência, foi prevista para ocorrer em Plenária única, porém não foi possível devido aos três últimos eixos não terem sido trabalhados. A Conselheira Lucilene, membro da comissão da Conferência, explicou que serão três salas para trabalhar as deliberações e no Plenário final, apenas a aprovação das deliberações realizadas nos grupos. Considerou que para registrar a alteração no Regimento Interno será realizado um aditivo. A conselheira Lúcia alertou sobre inserir as propostas nas salas, pois em algumas delas não há retroprojeto, sugerindo que toda a Plenária ocorra no auditório para facilitar as deliberações. A presidenta mencionou que propostas novas podem ser incluídas. Sobre a Conferência LGBT, a Presidenta informou que falou com a Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, sendo que a mesma mencionou que não há prazo suficiente para a data solicitada; não há recursos disponíveis, sendo que não foi prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA de

	<p>2024.</p> <p>A presidenta lembrou que esta comissão existe no CEDH, pois não há em Santa Catarina um Conselho próprio à comunidade LGBTQIA+. Ressaltou que conselheiros/as que não compõem nenhuma comissão, se coloquem à disposição para fortalecer esta.</p> <p>A convidada Ana Paula Mendes, Presidenta do Conselho Municipal LGBT de Florianópolis mencionou que está negociando para que o governo do Estado/SAS para que se faça a convocação da Conferência Estadual LGBT, sendo que a Conferência Nacional está na 4ª edição, com calendário prorrogado para 2025, porém as convocações Estaduais deverão ocorrer até junho de 2024. Informou que estão aguardando retorno de ofício enviado ao gabinete da SAS/SC. A Presidenta informou que o CEDH assinou junto o ofício, afirmando o compromisso do Conselho.</p> <p>2.1.3. Campanha Mais Livros, menos armas: por uma cultura de paz</p> <p>A presidenta relatou sobre a Campanha mais livros e menos armas, salientando que deverá ocorrer acompanhada de diálogos nas comunidades com distribuição de livros e coleta de assinaturas do Manifesto “Pela Educação e pela Paz”. Considerou a mesma muito importante, principalmente no momento que estamos vivendo e está consoante à Lei do CEDH-SC, conforme mencionado pela conselheira Celina. Foi sugerido pela conselheira Lucilene a disseminação desse conteúdo nos municípios.</p>
<p>2.3. Comissão de Soluções Fundiárias: 2.3.1. Relatório, Resolução do CEDH e reunião na UFSC sobre a ocupação Anita Garibaldi 2.3.2. Relatório novo recebido da Ocupação Contestado</p>	<p>2.3.1.A conselheira Celina, informou que foi aprovado o Relatório Anita Garibaldi, ficando a revisão para comissão de Legislação e posteriormente publicada em formato de Resolução, sendo as recomendações previstas no Relatório. A Presidenta fará assinatura (não oficial) para encaminhar aos órgãos mencionados no referido relatório.</p> <p>2.3.2.A Resolução da Ocupação Contestado de São José/SC está em elaboração.</p>
<p>Comissão de Legislação e Normas 2.5. Comissão de Legislação e Normas 2.5.1. Aditivo ao Regimento Interno 2.5.2. Resolução da Frente Ampla Pró SINASE - Operacionalização pós Resolução (dezembro/23)</p>	<p>2.5.1.O conselheiro Felipe (SEF) informou que está sendo elaborada uma reforma na Lei que institui o CEDH, sendo necessário realizar algumas atualizações, sendo revisão de nomenclaturas de Secretarias e inclusão da Defensoria Pública do Estado, a qual tem status de Secretaria de Estado e aceitou compor o Conselho. Na reforma, estão previstos 10 representantes das organizações da sociedade civil e 9 representantes estaduais, ou seja, organizados de forma não paritária. As regras para eleição da Sociedade Civil serão tratadas no Regimento Interno, pensando na flexibilidade em trabalhar. Por fim, o conselheiro observou que na Lei prevê que o Regimento Interno seja aprovado pelo próprio conselho e não pelo Chefe do Poder Executivo, como é atualmente, pensando em adequar ao caso concreto. Ressaltou que é muito importante as Organizações da Sociedade Civil participarem dessa discussão e se manifestarem.</p> <p>A presidenta propôs os seguintes encaminhamentos: se todos/as concordam que os encaminhamentos realizados na Lei estadual siga a mesma lógica dos realizados na Lei nacional, considerando que o cerne da questão não sairá da Lei, apenas aquilo que possibilitará flexibilidade nos casos concretos. Sendo aprovada a proposta pelo Plenário, o Conselheiro Felipe se colocou à disposição para finalizar o texto e encaminhar à Presidenta para considerações.</p>

	<p>Posteriormente será encaminhado aos Conselheiros/as para prévia leitura.</p> <p>2.5.2. A presidenta informou que a Resolução da frente ampla para o SINASE está pronta, porém ainda não foi publicada.</p>
2.6. Comissão de Monitoramento:	2.6.1.A presidenta informou que a Comissão Não Permanente
2.6.1. Comissão não permanente pro comitê e mecanismo de prevenção e combate à tortura	Pró Mecanismo e Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, realizou o seu primeiro encontro para apresentações. Após a Conferência serão retomados os encontros.
2.6.2. Caso professora de Fpolis - encaminhamentos feitos pela SAS e pendências	2.6.2 A presidenta relatou que após a denúncia da professora Naida Marques, sobre racismo, conversou com a Débora (SAS) que relatou a realização de encaminhamento à saúde e a gerente de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes - GEIRI.
2.6.3. Reunião de 13/05 sobre observatório de Violações de Direitos Humanos em SC - devolutiva e deliberações decorrentes	2.6.3.A presidente relatou que a reunião sobre o observatório de Direitos Humanos, realizada dia 13 do mês corrente, foi deliberada pela não criação de novos observatórios, considerando que a UFSC criou um com a mesma finalidade em 2022 e este precisa ser fortalecido, com apoio de organismos de direito. O assunto não foi deliberado em Plenária, pois no momento não havia mais quorum.
2.6.4. Carta do GT Monte Cristo, de 27/03/24	
2.6.5. Ofício CEPIn 09, de 15/04/24, recebido dia 17/04: ref. a erro médico	
2.7. Comissão da População em Situação de Rua	A Presidenta informou que a Denúncia da Cidadania foi encaminhada por e-mail aos conselheiros/as.
2.7.1. Denúncia recebida sobre passarela da cidadania	
Informes Gerais/Agenda Livre	<p>A conselheira Lucilene informou que participará no Campus São Miguel do Oeste, dia 24/05 de Seminário Estadual sobre Autismo: Diagnóstico, Intervenção precoce e Comportamento, na condição de Conselheira.</p> <p>A Presidenta informou que nos dias 03, 04 e 05/06, em Brasília, vai acontecer o encontro Nacional de Conselhos Estaduais com o CNDH. O Estado de Santa Catarina irá participar, tendo a mesma e a conselheira Celina como representantes da sociedade civil. Também mencionou que há vaga para uma representação governamental, com custas pelo Governo de Santa Catarina.</p>
Justificativas de ausências	
OBSERVAÇÃO	<p>Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC, para acesso a gravação da reunião.</p> <p>A reunião foi encerrada às 16h26min e a ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski e, juntamente com a presidenta Erli, assinamos.</p>



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **T1Y8LJ39**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:41  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1QxWThMSjM5> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **T1Y8LJ39** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC  
ATA 79/2024**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 20/06/2024	Local: Plataforma On-line google pelo link <a href="https://meet.google.com/zzq-suea-nkx">zzq-suea-nkx</a> (2024-06-20 14:07 GMT-3)	Horário: 14 horas
---------------------	---	-------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	J
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Fernanda Fidélis	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	P
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	J
Bruna Roberta Wessner Longen	Titular	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	F
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Suplente	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	F
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	P
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	J
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	J
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	F
Mirella Ilta Machado da Silva	Suplente	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	F
Débora Nunes Barbosa	Titular	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	P
Katia Freitas da Silva	Suplente	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	J
Elias Zacarias Romão	Titular	Governamental	IMA - Instituto do Meio	F

			Ambiente	
Zeliane Vieira	Suplente	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	F
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	P
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplente	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	J
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	P
Vera Lúcia Vargas	Suplente	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	J
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	P
Valdete Daufemback	Suplente	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	J
Rogério Manoel Corrêa	Suplente	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	J
Lucilene Binsfeld	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	P
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	P
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplente	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	J
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplente	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F
Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	J
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplente	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	F
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	F
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	F
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	F
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	F
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio	F

			no estado de Santa Catarina	
--	--	--	-----------------------------	--

- em vermelho as faltas não justificadas - Conselheiros/as ausentes

<b>PARTICIPANTES CONVIDADOS</b>
---------------------------------

Daniel Paz dos Santos	Comissão Pop. Rua
Milene	Estagiária Débora
Sandra de Paula Santos	Presidenta do Cepin
Marcela Guedes Carsten da Silva	Fazendo Justiça
Maristela Cizeski	Conselheira Cepin e Instituto ARNS
Ana Paula	Secretária de Conselhos Municipal de Lages

**ORDEM DO DIA:**

- Abertura
- Levantamento do quórum e justificativas de ausências
- Correspondências emitidas e recebidas
- Aprovação da ata da Plenária de Abril
- Comissões
- Agenda Livre

1) Abertura	1. Abertura com as boas-vindas da presidenta Erli Camargo (FINER) e apresentação da Secretária de Conselho, Mônica Lipski e dos/as Conselheiros/as.
2) Levantamento de quórum	2. Feita a leitura dos conselheiros/as presentes constatando-se desta forma haver quórum suficiente para as deliberações.
3) Leitura e aprovação da ordem do dia	
4) Aprovação da ata da plenária de abril	Não foi elaborada, pois estava sem Secretária de Conselho.
1. Momento das comissões 1.1. Comissão de políticas públicas e formação: 1.1.1. Tema de formação: DH no contexto dos conselhos estaduais (Rede de Conselhos) 1.1.2. GT de organização da Conferência - trâmite do processo do Termo de Referência, publicação de Resolução convocando para o dia 26 de julho, Moções.	1.1.1. A Presidenta informou que nos dias 03, 04 e 05/06 ocorreu em Brasília o encontro Nacional de Conselhos Estaduais com o CNDH. O Estado de Santa Catarina compareceu com a representante Celina e a Presidenta. Foi ofertada uma vaga para uma representação governamental, com custas pelo Governo de Santa Catarina, se colocando à disposição a conselheira Maiara, porém por questões burocráticas não foi possível a participação da mesma. A presidenta informou sobre o cronograma do evento e o histórico de itens abordados, sintetizou sobre os dez anos de atuação do Conselho Nacional e suas principais ações, reafirmando as Políticas de Direitos Humanos. Relatou que na ocasião foi tratado sobre a Conferência Nacional de Direitos Humanos, com validação das propostas estaduais e formado um GT das Conferências, com membros estaduais. 1.1.2. Conferência de Direitos Humanos, a conselheira Débora informou sobre a empresa que ganhou o pregão, a qual em breve assinará o contrato. A professora Maria Del Carmen, informou que sobre o espaço que será disponibilizado na UFSC e sugeriu que entre em contato com o Felipe, secretário do bloco onde será realizada. Sobre o certificado, poderá ser digital e será realizado pela Secretaria do CEDH. Sobre a Relatoria, será realizada via equipe de Lages, coordenada pela Presidenta Erli. As passagens previstas no contrato, serão destinadas aos delegados regionais que participaram na primeira etapa da conferência. Outros detalhes da conferência também foram discutidos, conforme está na gravação.
2. Comissão LGBTI +: 2.1. Decreto convocação da Conferência 2.2. Composição de Comissão Organizadora da Conferência 2.3. Demais assuntos relativos	2.1 A conselheira Débora informou que ainda não teve resposta do ofício, porém reuniu-se com a Secretária da SAS que pontuou sobre o posicionamento da pasta, onde as temáticas relativas ao tema sejam abordadas em um eixo específico durante a Conferência Estadual de Direitos Humanos, que está programada para o dia 26 de julho de 2024. A presidenta destacou que o Conselho continuará aguardando a resposta formalizada sobre o assunto. E que o assunto fica prejudicado de deliberar na Plenária, pois os membros da comissão LGBTI + estão ausentes. Ressaltou que é de acordo que a Conferência seja realizada de forma autônoma e não tratada em um eixo. A conselheira Lucilene também manifestou a opinião de acordo com as palavras da presidenta.
3. Comissão de Soluções Fundiárias: 3.1. Resolução 02/24 3.2. Outros assuntos relativos	3.1 A presidenta informou que a Resolução Anita Garibaldi será publicada em breve, pois está tramitando na SAS e devido ao prazo de dez dias solicitado pelo TJSC, já foi encaminhada ao órgão para devidas providências. 3.2 Outro assunto que deverá ser abordado na próxima plenária é a ocupação Contestado. A conselheira Débora explicou que devido à ausência de Secretária, o processo foi criado pela mesma e está no gabinete da SAS.

4. Comissão de Comunicação	<p>A presidenta propôs que os Conselheiros compartilhem as publicações realizadas no Facebook, pois o trabalho que a conselheira Lúcia realiza, está bem elaborado e com muitas informações relevantes sobre direitos humanos, porém precisa ser melhor divulgado.</p> <p>A presidenta disse que irá falar com a conselheira para pensar em divulgar as informações em outras redes. A conselheira Débora mencionou que há uma conta no <i>Instagram</i>, a qual precisa verificar a senha para reativar. A presidenta propôs uma reunião com a comissão de comunicação e a secretária de conselho para avaliar possibilidades de comunicação.</p>
5. Comissão de Legislação e Normas 2.5.1. Aditivo ao Regimento Interno 2.5.2. Resolução da Frente Ampla Pró SINASE - Operacionalização pós Resolução (dezembro/23)	<p>2.5.1. A presidenta lembrou que o conselheiro Felipe dos Passos elaborou um trabalho relativo à reforma na Lei que instituiu o CEDH, realizando atualizações e alterações. Conforme combinado na Plenária anterior, o Conselheiro Felipe se colocou à disposição para finalizar o texto e encaminhar para considerações no grupo de whatsapp dos Conselheiros/as. A presidenta sugeriu a leitura de todos/as nas modificações da Lei e do Regimento Interno e após a Conferência que será realizada em 26 de julho, seja dada prioridade para este assunto.</p> <p>2.5.2. A presidenta informou que a Resolução da frente ampla PRÓ SINASE está pronta e deve ser localizada. A convidada Maristela sugeriu verificar o contato da atual presidente do CEDCA para realizar uma Resolução Conjunta. O conselheiro Nasser questionou o Nome "Frente Ampla", pois considera que o assunto não cabe em uma Resolução e é necessário discutir melhor sobre o assunto. A presidenta solicitou à secretária do conselho que localize as informações e documentos já realizados sobre o assunto. A convidada Marcela Guedes comentou que há uma comissão intersetorial coordenada pelo CEDCA, a qual já existe e pode contribuir.</p>
6. Comissão de Monitoramento: Comissão não permanente pro comitê e mecanismo de prevenção e combate à tortura 6.2. Caso professora de Fpolis encaminhamentos feitos pela SAS e pendências 6.3. Reunião de 13/05 sobre observatório de Violações de Direitos Humanos em SC - devolutiva e deliberações decorrentes 6.4. Carta do GT Monte Cristo, de 27/03/24 6.5. Ofício CEPIn 09, de 15/04/24, recebido dia 17/04: ref. a erro médico	<p>6.1. A Comissão não permanente pro comitê e mecanismo de prevenção e combate à tortura realizou a primeira reunião por apresentação dos membros.</p> <p>6.2. A presidenta relatou que a denúncia da professora Naida Marques, sobre racismo, foi encaminhada pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família e que as Gerentes de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos - GEMDH, Débora e de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes - GEIRI, Regina estão dando encaminhamento. O conselheiro <a href="#">Nasser Haidar</a>, mencionou que a vítima procurou o Centro de Direitos Humanos de Joinville para tomar providências. A presidenta resgatou que em plenárias anteriores foi deliberado encaminhar para a Secretaria estadual de Saúde e de Educação. A conselheira Débora mencionou que o CEPA já realizou os devidos encaminhamentos e será realizado um relatório dos encaminhamentos, o qual posteriormente será apresentado em Plenária. A presidenta sugeriu que os Conselhos CEDH, CEPA e de Joinville, bem como as Gerências citadas acima façam um relatório único para dar retorno à vítima das providências realizadas.</p> <p>6.3. Sobre a reunião de 13/05 sobre observatório de Violações de Direitos Humanos em SC - devolutiva e deliberações decorrentes, o assunto foi prejudicado devido a ausência da comissão responsável.</p> <p>6.4. Este item será tratado em 02 de julho às 14 horas com a ouvidoria do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e todos/as presentes foram convidados/as.</p>
7. Comissão da População em Situação de Rua 7.1. Denúncia recebida sobre passarela da cidadania 7.2. Outros assuntos pertinentes	<p>7.1. O convidado Daniel sugeriu aos/as conselheiros/as para participar da Frente parlamentar estadual. A presidenta ressaltou que a conselheira e vice-presidenta <a href="#">Ivone Maria Perassa</a> representa o CEDH.</p> <p>7.2. Ainda, o convidado, solicitou informações sobre o programa Inverno Acolhedor, afirmando que o Estado de Santa Catarina recebeu recursos no ano de 2023 para desenvolver ações destinadas a esta população e não tiveram conhecimento da destinação. Frente ao exposto, a presidente sugeriu o envio de ofício</p>

	solicitando informações ao gabinete da SAS se realmente houve destinação de recursos voltados ao programa Inverno Acolhedor em 2023 a pasta e de que forma foi utilizado o recurso, sendo aprovado pelo plenário.
8) Informes Gerais/Agenda Livre	Foi relatada pela professora Maria Del Carmen, a defesa do mestrado da conselheira Débora, com o Tema " Encruzilhada Racial: Imigrantes Haitianos e a branquitude de Santa Catarina", que irá compartilhar no CEDH oportunamente.  Para a próxima Plenária, em 11 de julho, será tratado o texto final para o Regimento Interno e ajustes finais para a Conferência estadual de Direitos Humanos.
9) Justificativas de ausências	Nalá Ayalén Sánchez Caravaca Celina Duarte Rinaldi
OBSERVAÇÃO	Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC, para acesso a gravação da reunião. A reunião foi encerrada às 16h40min e a ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski e, juntamente com a presidenta Erli, assinamos.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **YJ3D20G4**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:41  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1IKM0QyMEc0> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **YJ3D20G4** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**80ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC  
ATA 80/2024**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 11/07/2024	Local: Plataforma On-line google pelo link: <a href="https://meet.google.com/efh-yarw-mku">https://meet.google.com/efh-yarw-mku</a>	Horário: 14 horas
---------------------	--	----------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	J
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Fernanda Fidélis	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	F
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	F
Bruna Roberta Wessner Longen	Titular	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	F
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Suplente	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	F
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	P
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	J
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	J
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	F
Mirella Ilta Machado da Silva	Suplente	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	F
Débora Nunes Barbosa	Titular	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	J
Katia Freitas da Silva	Suplente	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	P

Elias Zacarias Romão	Titular	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	F
Zeliane Vieira	Suplente	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	F
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	P
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplente	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	J
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	P
Vera Lúcia Vargas	Suplente	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	J
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	P
Valdete Daufemback	Suplente	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	J
Rogério Manoel Corrêa	Suplente	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	J
Lucilene Binsfeld	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	P
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	J
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplente	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	P
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	P
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplente	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	J
Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplente	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	J
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	P
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	J
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	P
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	J
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	P
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos	J

	te		Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	
--	----	--	---	--

- em vermelho as faltas não justificadas - Conselheiros/as ausentes

<b>PARTICIPANTES CONVIDADOS</b>
---------------------------------

Guilhermina Cunha Salasário	Conselho LGBT e da coordenação da Mídia e articuladora da rede Lés Bi Brasil
-----------------------------	---

Ordem do Dia:

1. Abertura;
2. Levantamento de quórum;
3. Leitura e aprovação da ordem do dia;
4. Justificativas de ausências;
5. Texto Final para o Regimento Interno;
6. Ajustes finais para a 6a Conferência de Direitos Humanos - SC
7. Informes Gerais/Agenda Livre.

1) Abertura	1. Abertura com as boas-vindas da presidenta Erli Camargo (FINER) e apresentação da Secretária de Conselho, Mônica Lipski e dos/as Conselheiros/as.
2) Levantamento de quórum	2. Feita a leitura dos conselheiros/as presentes constatando-se desta forma haver quórum suficiente para as deliberações.
3) Leitura e aprovação da ordem do dia	Aprovada
4) Justificativas de ausências;	Débora Nunes (SAS) - férias Juliana Lima Medeiros (SAP) - saúde
5) Texto Final para o Regimento Interno da 6ª Conferência Estadual de Direitos Humanos	<p>Foi aprovado que a Comissão das Conferências elaborará um aditivo ao Regimento Interno, visando garantir a realização no dia 26 de julho de 2024, segundo dia da VI Conferência Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina, como complemento à etapa ocorrida em 16 de março de 2024.</p> <p>Serão mantidos os Objetivos Gerais e Específicos da primeira etapa, conforme Regimento aprovado durante a realização.</p> <p>Na segunda etapa da VI Conferência se diferencia da primeira etapa pois serão realizados Trabalhos de Grupos, nos quais todos os participantes terão o mesmo direito de voz e voto, ao final dos trabalhos as propostas serão votadas e as aprovadas serão remetidas à Plenária final. Em relação à temática, os Eixos Temáticos I e II foram trabalhados e definidos na primeira etapa, sendo que serão trabalhados na segunda etapa da VI Conferência, que têm como referência o PNDH III, os seguintes termos: EIXO III – Universalização dos Direitos, EIXO IV – Acesso à Justiça e Combate às Violências, EIXO V – Educação e Cultura em Direitos Humanos.</p> <p>A Plenária final terá caráter deliberativo e será coordenada pela Comissão Organizadora. As propostas serão aprovadas nos grupos de trabalho, que após lidas e debatidas serão aprovadas ou não pelos delegados e delegadas, que farão a votação erguendo seus crachás.</p> <p>As votações previstas serão feitas por contraste e, caso haja dúvida, será procedida a contagem dos votos pelos/as coordenadores/as/es da plenária ou por quem estes/as designarem.</p> <p>A conselheira <a href="#">Lucilene Binsfeld</a> se colocou à disposição para redigir o aditivo ao Regimento Interno e compartilhar no Grupo dos Conselheiros/as para manifestação.</p>
6) Ajustes finais para a 6ª Conferência	A secretária do Conselho informou que precisa ser avaliado se o evento será efetivamente para 130 pessoas, conforme está previsto no contrato, haja vista que até o momento tiveram apenas cerca de 50 confirmações. Após amplo debate foi deliberado que o evento será para <b>130 pessoas e os/as conselheiros/as irão fazer uma “força tarefa” para divulgar o evento.</b>

	<p>A lista de presença será compartilhada com a comissão das Conferências para os membros auxiliares nos contatos.</p> <p>A Secretária deverá reforçar convites para os Presidentes/as de Conselhos que estão na SAS e compartilhar o link para inscrições: <a href="https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScJ_5zsV8QoKN1hTuRBieMrMmt0ipKpizQRqt-hbjWa8NzQ_A/viewform?usp=sf_link">https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScJ_5zsV8QoKN1hTuRBieMrMmt0ipKpizQRqt-hbjWa8NzQ_A/viewform?usp=sf_link</a></p>
<p>8) Informes Gerais/Agenda Livre</p>	<p>A presidenta informou que foi encaminhado o Ofício nº 1315/SCC-DIAL-GEMAT, no qual solicita manifestação a respeito do Projeto de Lei nº 0425/2023, que “Cria o PROINFANOTURNO, em atenção à primeira infância no Estado de Santa Catarina, de acordo com as diretrizes do Plano Nacional da Primeira Infância e do Marco Legal da Primeira Infância”. Após a Conferência será dada prioridade a este assunto.</p> <p>Outro assunto pendente tratado a denúncia da Passarela da Cidadania, a conselheira e vice-presidenta informou que, com o frio intenso que vem fazendo nos últimos dias, há muitas pessoas alojadas na passarela e, com isso vários problemas surgiram, como a queima de dois transformadores do local, faltando chuveiros quentes e outros desdobramentos. Esta informou que foi realizada denúncia ao Tribunal de Contas, o qual fez auditoria operacional, na data de 10/07. Sugeriu que seja oficializado ao Tribunal de Contas um questionamento das denúncias para que o CEDH tenha conhecimento. Sugeriu ainda, que seja encaminhado a SAS um ofício questionando as ações que estão sendo realizadas nos municípios catarinenses com relação a população de rua. A senhora Ivone irá minutar os documentos e passará a Secretária para envio.</p> <p>Sobre a Comissão de Soluções Fundiárias, a conselheira Celina informou que foi aprovado o Relatório da Ocupação Anita Garibaldi, que foi apresentado ao Desembargador João Eduardo de Nadal.</p> <p>Informou que na ocupação Mariele Franco, onde estão 263 famílias aproximadamente, localizada no Alto da Caieira/Florianópolis/SC, na data de ontem, 10 de julho, teve uma Assembleia que aprovou o programa Minha casa, Minha vida.</p> <p>A presidenta mencionou que após a Conferência deverá ser retomada a deliberação já realizada pelo Conselho 2023, sobre a Frente Ampla Pró SINASE.</p> <p>A Presidenta lembrou que a Comissão não permanente pro comitê e mecanismo de prevenção e combate à tortura já realizou a primeira reunião para apresentação dos membros e precisa dar continuidade, conforme recomendação do Conselho Nacional de Direitos Humanos.</p>
<p>OBSERVAÇÃO</p>	<p>Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC, para acesso a gravação da reunião.</p> <p>A reunião foi encerrada às 15h46min e a ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski e, juntamente com a presidenta Erli, assinamos.</p>



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **B310GNX1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:41  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX0lzMTBHTlgx> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **B310GNX1** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**81ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC  
ATA 81/2024**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 08/08/2024	Local: Plataforma On-line google pelo link: <a href="https://meet.google.com/nje-gmoj-wwo">https://meet.google.com/nje-gmoj-wwo</a>	Horário: 14 horas
---------------------	--	----------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	J
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Fernanda Fidélis	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	P
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	F
Bruna Roberta Wessner Longen	Titular	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	F
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Suplente	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	F
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	P
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	F
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	J
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	F
Mirella Iltá Machado da Silva	Suplente	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	F
Débora Nunes Barbosa	Titular	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	J
Katia Freitas da Silva	Suplente	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	P

Elias Zacarias Romão	Titular	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	F
Zeliane Vieira	Suplente	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	F
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	P
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplente	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	F
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	P
Vera Lúcia Vargas	Suplente	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	F
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	F
Valdete Daufemback	Suplente	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	F
Rogério Manoel Corrêa	Suplente	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	F
Lucilene Binsfeld	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	F
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplente	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplente	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F
Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplente	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	F
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	P
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	F
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	P
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	F
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	P
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos	F

	te		Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	
--	----	--	---	--

- em vermelho as faltas não justificadas - Conselheiros/as ausentes

<b>PARTICIPANTES CONVIDADOS</b>
---------------------------------

--	--

Ordem do Dia:

1. Abertura;
2. Levantamento de quórum;
3. Leitura e aprovação da ordem do dia;
4. Justificativas de ausências;
5. Aprovação das atas pendentes;
6. Momento das comissões: mães da rua e suas violações;
7. Informes Gerais/Agenda Livre.

1) Abertura	1. Abertura com as boas-vindas da presidenta Erli Camargo (FINER) e leitura da convocatória pela Secretária de Conselho, Mônica Lipski.
2) Levantamento de quórum	2. Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
3) Leitura e aprovação da ordem do dia	Aprovada
4) Justificativas de ausências;	Débora Nunes (SAS) - licença saúde de familiar Leonardo Marcondes Machado - A presidenta solicitou à secretária um levantamento de faltas pendentes desde o início de 2024 para solicitar as devidas substituições, sendo a deliberação, aprovada pela plenária.
5) Aprovação das atas pendentes;	A Secretária informou que não foi possível redigir as Atas pendentes, pois quando assumiu a função, o Conselho estava havia dois meses sem secretária e tinha várias questões para encaminhar, inclusive o processo das Conferência. Ficando as Atas pendentes para aprovação na Plenária de setembro.
6) Comissões:	<b>Comissão de Monitoramento:</b> A conselheira Iara (CRP) informou sobre liminar do Órgão Especial do TJSC e desde novembro do ano passado, havia uma interdição parcial do HCTP, para que não houvesse mais entrada de novos casos, por determinação da portaria 08/2023 da Juíza da Vara de Execução Penal da Capital. Estava ocorrendo um esforço para que novos casos fossem encaminhados devidamente para a RAPS, embora alguns fossem recebidos pela Diretora do HCTP ocasionalmente. O Ministério Público entrou com um mandado de segurança contra a Portaria, alegando inconstitucionalidade material da Resolução n. 487/2023 do CNJ. Foi então concedida uma medida liminar nos seguintes termos: "Em decorrência, concede-se em parte a medida liminar para determinar que os hospitais destinados ao cumprimento das medidas de segurança e cautelares de internação, no âmbito do Estado de Santa Catarina, permaneçam em funcionamento, ao menos até o julgamento definitivo do incidente de arguição de inconstitucionalidade." A presidenta comentou que existe um grupo que trata sobre esse assunto, porém as ações podem ser fortalecidas e, portanto, propõe um debate amplo de trabalho, entre as frentes já existentes, sociedade, familiares e órgãos no Estado de Santa Catarina que já estão dialogando. A proposta foi <b>aprovada por unanimidade pela Plenária</b> . Sugeriu-se a realização até 15 de setembro do ano corrente.  <b>Comissão de Soluções Fundiárias:</b> a conselheira Celina informou que a ocupação Mariele Franco/Alto da Caieira/Florianópolis, conforme informado na Plenária anterior, que a proposta do programa Minha Casa, Minha Vida, foi homologada judicialmente pela Juíza da terceira Vara da Fazenda A Resolução CEDH 002/2024 Anita Garibaldi e a Resolução CEDH 003/2024 Contestado foram publicadas em Diário Oficial. Foi solicitado que as recomendações previstas nas aludidas Resoluções sejam

	<p>encaminhadas aos Órgãos/Secretarias, conforme recomendado.</p> <p>A Conselheira Celina informou ainda, que o Governo do Estado de Santa Catarina apresentou a possibilidade de lançar o programa Minha Casa Minha Vida para a ocupação Anita Garibaldi. E que no dia 17 de agosto estará representando o CEDH na realização de atividades com o Ministério das Cidades, em igreja localizada no Alto da Caieira/Florianópolis, com o objetivo de informar das ocupação locais e Resoluções/Recomendações já realizadas pelo Conselho.</p> <p>No dia 28 de agosto será realizada visita técnica, solicitada pela 1ª Vara da comarca de Imbituba, que envolve ocupações coletivas naquela comarca. No dia 23 de agosto, o CEDH recebeu o convite para participar de audiência de mediação ou conciliação, a ser realizada na praia de Naufragados às 14h30, envolvendo ocupações coletivas na área da referida Praia.</p> <p><b>Comissão Garantias à População de Rua:</b> mães da rua e suas violações. A presidenta informou que o assunto fica prejudicado, pois a comissão que solicitou a demanda está ausente.</p> <p><b>Comissão de Legislação:</b> Solicitou que o assunto sobre a Lei do Conselho e Regimento Interno seja pauta da próxima reunião.</p>
--	--

<p>8) Informes Gerais/Agenda Livre</p>	<p>A presidenta informou que O CEDH recebeu do Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública, Douglas Roberto Martins o convite para adesão à Cooperação Técnica nº 006/2024/MP, que trata da fiscalização de Comunidades Terapêuticas, justificando que ainda que o CEDH não seja um órgão executor de políticas e não disponha de equipe técnica especializada, entende ser sua atribuição, nesse contexto, exercer o controle social das mesmas, independentemente da área de sua abrangência, aceitando, portanto, o convite a aderir ao termo de cooperação em tela, com anuência na minuta do Termo, informando que sempre que necessário, irão acompanhar o trabalho decorrente da fiscalização às Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina. Foram indicadas as Conselheiras: Celina Duarte Rinaldi, Yara Maria Moreira Hornke e a Presidenta, Erli Aparecida Camargo.</p> <p>A presidenta informou que os certificados da 6ª Conferência Estadual de Direitos Humanos estão em tramitação e em breve será encaminhado aos participantes, conforme assinatura em lista de presença em 16/03 e 26/07. Também informou que a secretaria está fazendo a prestação de contas da Conferência.</p> <p>O CEDH recebeu os convites:          ICOM - Instituto Comunitário Grande Florianópolis Encontro de Celebração do Edital de Migração Internacional, no dia 06 de setembro de 2024 das 18h30 às 20h30 na nossa sede localizada na Acate Downtown (Rua Felipe Schmidt, 835, Centro de Florianópolis).          CEPIN - Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina (CEPIN/SC) evento de lançamento da Cartilha da Lei Maria da Penha para a etnia Kaingang. Este evento é uma iniciativa importante para promover o conhecimento e a proteção dos direitos das mulheres indígenas Kaingang, fortalecendo o entendimento sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicação nas comunidades. Data: 30 de agosto de 2024.</p> <p>No dia 10 de dezembro é lembrado o Dia Internacional dos Direitos Humanos e será realizado um evento no auditório Antonieta de Barros, ALESC para debater sobre os direitos humanos.</p> <p>O ex-ministro da Justiça fará a palestra de abertura Eugênio Aragão. <b>Foi deliberada e aprovada a participação do CEDH</b> como apoiador do evento. Foi feito o convite para os Conselheiros para também apoiarem, por meio de suas Secretarias/Entidades. A ideia é iniciar o evento às 8 horas e finalizar às 20 horas.</p>
<p>OBSERVAÇÃO</p>	<p>Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC, para acesso a gravação da reunião.</p> <p>A reunião foi encerrada às 15h15min e a ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski e, juntamente com a presidenta Erli, assinamos.</p>



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **6IQP937U**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:42  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzZJUVA5MzdV> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **6IQP937U** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**82ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC  
ATA 82/2024**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 12/09/2024	Local: Plataforma On-line google pelo link: <a href="https://meet.google.com/wcd-qkmp-zkt">https://meet.google.com/wcd-qkmp-zkt</a>	Horário: 14 horas
---------------------	--	----------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governante	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governante	SED - Secretaria de Estado da Educação	A
Ludmila Castro Malta	Titular	Governante	SES - Secretaria de Estado da Saúde	SAS 4116/2024
Fernanda Fidélis	Suplente	Governante	SES - Secretaria de Estado da Saúde	SAS 4116/2024
Felipe dos Passos	Titular	Governante	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	P
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governante	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	A
Bruna Roberta Wessner Longen	Titular	Governante	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	SAP 98001/2024
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Suplente	Governante	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	P
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governante	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	P
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governante	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	A
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governante	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governante	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	A
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governante	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	P
Mirella Iltá Machado da	Suplente	Governante	SCC - Secretaria de	A

Silva	te	ntal	Estado da Casa Civil	
Débora Nunes Barbosa	Titular	Govername ntal	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	J
Katia Freitas da Silva	Suplen te	Govername ntal	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	J
Elias Zacarias Romão	Titular	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	SAS 4117/2024
Zeliane Vieira	Suplen te	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	SAS 4117/2024
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	J
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplen te	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	P
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	P
Vera Lúcia Vargas	Suplen te	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	A
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	P
Valdete Daufemback	Suplen te	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	A
Rogério Manoel Corrêa	Suplen te	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	P
Lucilene Binsfeld	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	A
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	P
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplen te	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	A
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	P
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplen te	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	A
Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	J
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplen te	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade	CDHI - Centro dos	P

		Civil	Direitos Humanos de Itajaí	
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	A
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	A
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	P
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	F
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	F

#### PARTICIPANTES CONVIDADOS

Fabiana de Souza	SAS - Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos - GEMDH
Maria Aparecida Lucca Caviola	Defensoria Pública - ouvidoria
Jaqueline Maccoppi	SINJUSC (SUPLENTE)

Ordem do Dia: 1. Abertura; 2. Levantamento de quórum; 3. Leitura e aprovação da ordem do dia; 4. Justificativas de ausências; 5. Aprovação das Atas 78, 79, 80 e 81 de 2024; 6. Devolutiva das ações da plenária anterior; 7. Resolução Frente Ampla Pró SINASE - composição e cronograma; 8. Plenária de dezembro - sugestão 04 de dezembro, (quarta-feira), às 14 horas 9. Definição de datas, horários e membros das Comissões Permanentes 10. Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho e seu Regimento Interno; 11. Comissão de Soluções Fundiárias: 12. Comissão LGBTI +; 13. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos - sugestão de data do encontro/diálogo com as frentes já existentes, sociedade e familiares sobre o Hospital de Custódia; 14. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação; 15. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua: Mães da Rua e suas violações; 16. Comissão de Comunicação; 17. Informes Gerais/Agenda Livre.

1. Abertura;	1. Abertura com as boas-vindas da presidenta Erli Camargo (FINER) e leitura da convocatória pela Secretária de Conselho, Mônica Lipski.
2. Levantamento de quórum;	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
3. Leitura e aprovação da ordem do dia;	Aprovada
4. Justificativas de ausências;	Débora Nunes (SAS) férias Kátia Freitas (SAS) férias Maria Del Carmen Cortizo (IMDH) outra agenda Celina Duarte Rinaldi (IGENTES) outra agenda  Sem representação titular/suplente: FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina
5. Aprovação das Atas 78, 79, 80 e 81 de 2024;	<p><b>78ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC 16/05/2024 - aprovada</b></p> <p>1. Resposta do CEDH-SC ao questionário do CNDH sobre as células neonazista em SC - Realizado pela Presidenta CEDH no período estabelecido;</p> <p>2. Regimento Interno da Conferência - A Conselheira Lucilene, propôs registrar a alteração no Regimento Interno por meio de aditivo e passar aos Conselheiros para manifestação no grupo WhatsApp;</p> <p>3. Conferência LGBT - ofício para SAS sobre convocações Estaduais - Resposta da SAS sugerindo que as temáticas relativas ao tema sejam abordadas em um eixo específico durante a Conferência Estadual de Direitos Humanos, que está programada para o dia 26 de julho de 2024.</p> <p>4. Encaminhamentos da Lei de Regência do CEDH-SC sigam a mesma lógica dos realizados na Lei Nacional do Conselho de Direitos Humanos, considerando que o cerne da questão não sairá da Lei, apenas aquilo que possibilitará flexibilidade nos casos concretos. Sendo aprovada a proposta pelo Plenário, o Conselheiro Felipe se colocou à disposição para finalizar o texto e encaminhar à Presidenta para considerações. Posteriormente será encaminhado aos Conselheiros/as para prévia leitura.</p> <p>5. Denúncia da professora Naida Marques - encaminhamento à saúde e à gerência de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes - GEIRI junto com a Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos - GEMDH. O CEPA fez encaminhamentos e o sindicato dos trabalhadores em educação SINTE - Evandro Acadroli. O processo está sendo monitorado pelas gerências mencionadas da SAS.</p> <p><b>79ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC 20/06/2024 - aprovada</b></p> <p>1. Conferência de Direitos Humanos/Relatoria - Equipe de Lages, coordenada pela Presidenta Erli</p> <p>2. Leitura de todos os/as Conselheiros/as nas modificações da Lei do CEDH, após a Conferência Estadual de Direitos Humanos, que será</p>

realizada em 26 de julho, seja dada prioridade para este assunto.

3. Resolução da frente ampla PRÓ SINASE - comissão intersetorial coordenada pelo CEDCA, a qual já existe e pode contribuir.

4. Programa Inverno Acolhedor, afirmando que o Estado de Santa Catarina recebeu recursos no ano de 2023 para desenvolver ações destinadas a esta população e não tiveram conhecimento da destinação. Frente ao exposto, a presidente sugeriu o envio de ofício solicitando informações ao gabinete da SAS se realmente houve destinação de recursos voltados ao programa Inverno Acolhedor em 2023 a pasta e de que forma foi utilizado o recurso, sendo aprovado pelo plenário - ofício enviado e a resposta foi de que a operação inverno acolhedor celebrou parcerias no âmbito municipal na região sul e sudeste do país.

### **80ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC**

**11/07/2024 - aprovada**

1. Aditivo ao Regimento Interno da Conferência Estadual de Direitos Humanos - Foi aprovado que a Comissão das Conferências elaborará um aditivo ao Regimento Interno, visando garantir a realização no dia 26 de julho de 2024, segundo dia da VI Conferência Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina, como complemento à etapa ocorrida em 16 de março de 2024.

2. Ajustes finais para a 6ª Conferência - o evento será para 130 pessoas e os/as conselheiros/as irão fazer uma “força tarefa” para divulgar o evento. A lista de presença será compartilhada com a comissão das Conferências para os membros auxiliares nos contatos.

3. Denúncias Passarela da Cidadania - oficializado ao Tribunal de Contas um questionamento das denúncias para que o CEDH tenha conhecimento. Sugeriu ainda, que seja encaminhado a SAS um ofício questionando as ações que estão sendo realizadas nos municípios catarinenses com relação a população de rua. Aguardando retorno da SAS - processo SAS 4102/2024

### **81ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC 08/08/2024 - aprovada**

1. A presidenta solicitou à secretária um levantamento de faltas pendentes desde o início de 2024 para solicitar as devidas substituições, sendo a deliberação, aprovada pela plenária - Foram identificadas as seguintes faltas sem justificativas: Ludmila Castro Malta Titular, SES - Secretaria de Estado da Saúde; Fernanda Fidélis, suplente SES - Secretaria de Estado da Saúde; Elias Zacarias Romão, titular IMA - Instituto do Meio Ambiente; Zeliene Vieira, suplente IMA - Instituto do Meio Ambiente; **Priorizando que as justificativas de ausência sejam realizadas prioritariamente via e-mail, garantindo o registro destas.**

2. Atas pendentes - para aprovação na Plenária de setembro: 78, 79, 80 e 81

3. Denúncia sobre o Hospital de Custódia - debate amplo de trabalho, entre as frentes já existentes, sociedade, familiares e órgãos no Estado de Santa Catarina que já estão dialogando. Reunião com a senhora Ana Luisa Fernandes Naatz e equipe do GMF, no dia 06 de setembro de 2024, às 17h00, para tratar sobre a implementação da Política Antimanicomial do PJSC. Solicitar a participação do CEDH nas próximas reuniões do

	<p>GMF; verificar uma data para promover um diálogo on-line, entre as frentes já existentes, sociedade, familiares e órgãos pertinentes e solicitar o contato da equipe técnica do Hospital de Custódia com o objetivo de ter na agenda no CEDH principalmente em caso de denúncias ou pedidos de orientações que chegam neste Conselho.</p> <p>4. A Resolução CEDH 002/2024 Anita Garibaldi e a Resolução CEDH 003/2024 Contestado foram publicadas em Diário Oficial. Foi solicitado que as recomendações previstas nas aludidas Resoluções sejam encaminhadas aos Órgãos/Secretarias, conforme recomendado.</p> <p>SAS 3920/2024 - CELESC Ocupação Anita Garibaldi  SAS 3921/2024 - CBMSC Ocupação Anita Garibaldi  SAS 3922/2024 - SAS/GOVERNO ESTADUAL - Ocupação Anita Garibaldi  SAS 3927/2024 - PREF. FLORIANÓPOLIS Ocupação Anita Garibaldi  SAS 3928/2024 - DEFESA CIVIL - Ocupação Anita Garibaldi  SAS 3932/2024 - Prefeitura São José - Ocupação Contestado  SAS 3934/2024 - IMA Ocupação Contestado  SAS 3935/2024 - SAS Ocupação Contestado  SAS 3936/2024 - SEPLAN Ocupação Contestado  SAS 3937/2024 - SIE Ocupação Contestado  SAS 3938/2024 - DEF. ESTADUAL Ocupação Contestado  SAS 3939/2024 - DEF. UNIÃO Ocupação Contestado  SAS 3941/2024 - SPU Ocupação Contestado  SAS 3942/2024 - IBGE Ocupação Contestado  SAS 3943/2024 - SNP Ocupação Contestado  SAS 3944/2024 - MINISTÉRIO CIDADES Ocupação Contestado  SAS 3945/2024 - CEF Ocupação Contestado</p> <p>5. Inclusão na pauta da Plenária 82º - 12/09/24 - comissão Garantias à População de Rua: mães da rua e suas violações. A presidenta informou que o assunto fica prejudicado, pois a comissão que solicitou a demanda está ausente.</p> <p>6. Comissão de Legislação: Solicitou que o assunto sobre a Lei do Conselho e Regimento Interno seja pauta da próxima reunião.</p> <p><b>Por fim, foi deliberado que os convites das Reuniões Plenárias devem ser encaminhados aos demais Conselhos que compõem a SAS - aprovado.</b></p>
<p>6. Devolutiva das ações da plenária anterior;</p>	<p>Já manifestadas acima.</p>
<p>7. Resolução Frente Ampla Pró SINASE - composição e cronograma;</p>	<p>A Resolução Frente Ampla Pró SINASE - composição e cronograma foi deliberada e aprovada em dezembro de 2023, após audiência pública, porém ainda não foi publicada.</p> <p>A Conselheira Mayara sugeriu realizar uma conversa com o CEDCA, tendo em vista que o assunto é de 2023 e em 2024 uma nova presidente assumiu o conselho. Aprovada.</p> <p>O Conselheiro Nasser mencionou que acredita que nenhum conselho “tem pernas sozinho” para assumir o monitoramento e fiscalização do sistema socioeducativo. Disse que há diversas violações de direito</p>

	<p>identificadas e sugeriu a conversa com o CEDCA para articular essa demanda, sendo necessário que algum conselheiro se colocasse à disposição e pediu para se manifestar.</p> <p>A gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos - GEMDH sugeriu que servidoras da SAS que atuam com essa demanda sejam chamadas para participar da reunião.</p> <p>A Resolução sobre a Frente Ampla Pró SINASE já foi aprovada em dezembro de 2023, porém, ainda não foi publicada. O assunto foi deliberado e aprovado por dez conselheiros/as, sendo contrários os conselheiros Guilherme Fernando dos Santos Papini (SICOS), Felipe dos Passos (SEF) e a conselheira Mayara dos Santos Modolon (SCC), com a justificativa que acreditam que inicialmente deveria haver uma conversa com a Presidente do CEDCA e, se necessário, alterar a Resolução para posterior publicação.</p> <p><b>a) compartilhar com todos o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2015-2024) para conhecimento.</b></p> <p><b>b) realização de reunião com a comissão de monitoramento, o CEDCA, Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos - GEMDH, Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens - GECAJ e posteriormente realizar um aprofundamento operacional para proposta com o objetivo da Resolução não ficar sem objetivo concreto.</b></p> <p><b>c) encaminhar para publicação a Resolução já aprovada em dezembro de 2023.</b></p>
<p>8. Plenária de dezembro - sugestão 04 de dezembro, (quarta-feira), às 14 horas</p>	<p>Aprovada por unanimidade a sugestão de Plenária de Dezembro - para 04 de dezembro, (quarta-feira), às 14 horas.</p>
<p>9. Definição de datas, horários e membros das Comissões Permanentes</p>	<p>A secretária explicou que organizou em uma tabela com as comissões e seus membros e gostaria da manifestação de um calendário fixo dos dias e horários para as próximas reuniões. Nessa linha, foi elaborada uma Resolução, nos moldes da que já existia, porém com complementos, sendo aprovada será realizada sua publicação.</p> <p>No link a tabela com a composição das comissões e membros.  <a href="https://docs.google.com/document/d/1oJ7M2WnkJNZOqdyo8Qy_bd9v5_CLQouJ8/edit?usp=sharing&amp;oid=105386840460894907950&amp;rtpof=true&amp;sd=true">https://docs.google.com/document/d/1oJ7M2WnkJNZOqdyo8Qy_bd9v5_CLQouJ8/edit?usp=sharing&amp;oid=105386840460894907950&amp;rtpof=true&amp;sd=true</a></p> <p>A Presidenta mencionou que o CEDH não tinha o costume de fazer Resoluções e publicá-las, as deliberações eram apenas registradas em Ata.</p> <p>Pediu atenção do Pleno para analisar as atribuições e sugerir complementações, reparos, retificações para a Resolução.</p> <p>Sugeriu que durante o mês de setembro as comissões se reúnam para definir coordenador e relator da comissão.</p>
<p>10. Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho e seu Regimento Interno;</p>	<p>Foram apresentadas pelo conselheiro Felipe dos Passos - SEF as modificações na Lei nº 16.534, DE 23 de dezembro de 2014, sendo deliberado os seguintes itens:</p> <p>Art. 4º Compete ao CEDH-SC:</p> <p>II - propor às autoridades competentes, por meio da SAS, a deflagração de sindicâncias e inquéritos administrativos ou judiciais, em caso de ameaça ou violação de direitos humanos. Votação: aprovada</p> <p>XIV – elaborar, aprovar e alterar seu regimento interno.Votação: 8 Sim ;</p>

	<p>2 Não, Mayara (SCC) e Guilherme (SICOS), os votos contrários foram justificados pela segurança jurídica que fica comprometida sem a avaliação da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE) e a assinatura do Chefe do poder executivo.</p> <p>Art. 5º Para cumprir suas finalidades institucionais, o CEDH-SC e seus membros, no exercício de suas funções, poderão:</p> <p>II – representar à autoridade competente para a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo, visando à apuração da responsabilidade por violações aos direitos humanos ou por descumprimento de sua promoção e aplicação das respectivas penalidades. Votação: aprovada</p> <p>Art. 7º O CEDH-SC é composto de 19 (dezenove) membros titulares e igual número de suplentes, de forma não paritária, conforme estabelece o artigo 14, inciso I, da Emenda Constitucional do Estado de Santa Catarina nº 67 de 10 de dezembro de 2013, assim distribuídos. Votação: 10 Sim ; 2 Não, Mayara SCC e Guilherme SICOS, os votos contrários foram justificados que embora esteja na constituição, como o CEDH trabalha com votações e acreditam ser necessária a isonomia;</p> <p>Art 7º, inciso I – 9 (nove) representantes de órgãos públicos, sendo:</p> <p>1 (um) representante da Secretaria de Estado (conforme consta em lei) e inclusão do termo congênere, este sugerido com o objetivo de evitar mudança no nome da Secretaria e prejudicar o andamento das atividades no Conselho. Votação: 8 Sim; 3 Não (Guilherme SICOS, Mayara SCC e Marcos SED)</p> <p>j) 1 (um) representante da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina. Votação: aprovada.</p> <p>Art 7º, § 1º Os representantes dos órgãos públicos serão designados pelos secretários ou chefes das respectivas instituições, <i>ad nutum</i>. Votação: 10 Manter ad nutum; Mandato</p> <p>§ 2º As organizações da sociedade civil terão mandato de 4 (quatro) anos, sem possibilidade de recondução. Primeira Votação: Manter como está - 0 votos Segunda votação: 3 anos + 1 recondução - Unânime Terceira Votação: 4 anos - 0 votos</p> <p>Por falta de quórum, será dada continuidade nesse assunto na Plenária de outubro de 2024.</p> <p>A conselheira Mayara questionou se com a retirada desses itens da Lei, sem a instituição do Regimento Interno, como está o andamento do Conselho. A Presidenta mencionou que até ser aprovado, o que terá valor é a Legislação vigente.</p>
11. Comissão de Soluções Fundiárias:	Durante o mês atual não houve e-mails relativos à comissão. Todas as Respostas referentes às Resoluções 002 e 003/2024 foram encaminhadas à conselheira Celina.
12. Comissão LGBTI +;	Não estavam presentes os membros desta comissão.
13. Comissão de Monitorament	A Presidenta informou que haveria uma fala sobre o Povo Cigano em Santa Catarina, porém a pessoa que faria a fala não compareceu à plenária. Após o processo eleitoral, haverá um novo contato com o povo

<p>o de Violações de Direitos Humanos - sugestão de data do encontro/diálogo com as frentes já existentes, sociedade e familiares sobre o Hospital de Custódia;</p>	<p>cigano. A senhora Fabiana pediu a fala para sugerir que o convite seja estendido para Gerência de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes - GEIRI, a senhora Regina. Aprovada. Sobre o Hospital de Custódia de Florianópolis, foi agendada uma reunião com a secretária substituta Ana Luisa Fernandes Naatz e equipe do Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (GMF/TJSC), no dia 06 de setembro de 2024, às 17 horas, para tratar sobre a implementação da Política Antimanicomial, na ocasião foram levantadas as seguintes questões: 1. solicitar a participação do CEDH nas próximas reuniões do GMF; 2. verificar uma data para promover um diálogo on-line, entre as frentes já existentes, sociedade, familiares e órgãos pertinentes e 3. solicitar o contato da equipe técnica do Hospital de Custódia com o objetivo de ter na agenda no CEDH principalmente em caso de denúncias ou pedidos de orientações que chegam neste Conselho. Até o momento houve retorno dos questionamentos. Aprovada.</p>
<p>14. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;</p>	<p>não teve reunião neste mês. A presidenta sugeriu que no início das Plenárias tenha um tempo destinado à formação/estudo dos/as Conselheiros/as, dando continuidade à deliberação já consolidada nesse pleno. Aprovada.</p>
<p>15. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua: Mães da Rua e suas violações;</p>	<p>A conselheira Ivone comentou sobre a estrutura da comissão: definição de data, horário e coordenador da comissão. Reuniões - toda primeira terça do mês às 17 horas. Próximas datas: 1/10, 05/11 e 03/12 Coordenadora - Rafaela Felipe Kohler e Relator não teve definição. Inicialmente, a média complexidade, em parceria com a gerência de Direitos Humanos, está sendo realizado um levantamento quanto aos municípios que já estão com o comitê implementado e quais estão em criação. É mantido um diálogo mensal, porém foi sinalizada dificuldade na comunicação com os municípios, no que se refere à resposta de formulário). Após esses contatos iniciais da SAS, pretende-se oficial os comitês já existentes para participarem da comissão estadual do CEDH. Aprovada.</p>
<p>16. Comissão de Comunicação;</p>	<p>A conselheira Lúcia informou que é membro da comissão, pois à época que entrou na mesma, não havia outros conselheiros disponíveis. Informou que na medida do possível irá incluir no Facebook informações, porém tem ciência que é necessário complementações e sugeriu que outros membros se coloquem à disposição para integrar a comissão. A Presidenta sugeriu que a comissão se reúna para tratar do assunto. O conselheiro Nasser reiterou que não tem disponibilidade de permanecer nesta comissão. A conselheira Claudia mencionou que não compõe a comissão, porém, se necessário, coloca-se à disposição para criar um novo cadastro no Instagram. A conselheira Lúcia mencionou que irá tentar vincular o Facebook no Instagram que já existe, porém, está sem acesso à senha (criada em gestões anteriores) e na próxima plenária de outubro prestará informações. Aprovada.</p>
<p>17. Informes Gerais/Agenda Livre.</p>	<p>Priorizar na pauta da Plenária de outubro de 2024, as alterações da Lei do Conselho.</p>
	<p>Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra,</p>

OBSERVAÇÃO	poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC, para acesso a gravação da reunião. A reunião foi encerrada às 16h47min e a Ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski e, juntamente com a presidenta Erli, assinamos.
------------	--



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **3UY4MK02**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:42  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzNVWTRNSzAy> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **3UY4MK02** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**83ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC  
ATA 83/2024**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 10/10/2024	Local: Plataforma On-line google pelo link: <a href="https://meet.google.com/mpb-pmoz-vtv">https://meet.google.com/mpb-pmoz-vtv</a>	Horário: 14 horas
---------------------	--	----------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	A
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	SAS 4116/2024
Fernanda Fidélis	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	SAS 4116/2024
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	P
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	A
Bruna Roberta Wessner Longen	Titular	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	SAP 98001/2024
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Suplente	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	P
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	J
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	F
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	J
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P

Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	J
Mirella Ilta Machado da Silva	Suplente	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	P
Débora Nunes Barbosa	Titular	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	P
Katia Freitas da Silva	Suplente	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	A
Elias Zacarias Romão	Titular	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	SAS 4117/2024
Zeliane Vieira	Suplente	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	SAS 4117/2024
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	P
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplente	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	A
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	P
Vera Lúcia Vargas	Suplente	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	A
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	P
Valdete Daufemback	Suplente	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	A
Rogério Manoel Corrêa	Suplente	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	F
Lucilene Binsfeld	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	F
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	P
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplente	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	P
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	J
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplente	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F
Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P

Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplente	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	A
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	P
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	A
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	A
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	P
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	P
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	A

### PARTICIPANTES CONVIDADOS

Andrea Raupp Cardoso	Coordenadora Geral CEDCA
Jaqueline Maccoppi	SINJUSC (SUPLENTE)

1. Ordem do Dia; 2. Abertura; 3. Levantamento de quórum; 4. Leitura e aprovação da ordem do dia; 5. Justificativas de ausências; 6. Aprovação da Ata 82º; 7. Devolutiva das ações da plenária anterior; 8. Definição de datas, horários e membros das Comissões Permanentes; 9. Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho; 10. Comissão de Soluções Fundiárias; 11. Comissão LGBTI +; 12. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos: Resolução Conjunta, CEDH e CEDCA Frente Ampla Pró SINASE; Fiscalização de Comunidade Terapêutica - Penha; Denúncia do Presídio de São Miguel do Oeste/SC; 13. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação; 14. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua 15. Comissão de Comunicação; 16. Informes Gerais/Agenda Livre.

2. Abertura;	1. Abertura com as boas-vindas da presidenta Erli Camargo (FINER) e leitura da convocatória pela Secretária de Conselho, Mônica Lipski.
3. Levantamento de quórum;	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;	<b>Aprovada</b>
5. Justificativas de ausências;	Guilherme Fernando dos Santos Papini - SICOS Leonardo Marcondes Machado - SSP Mayara dos Santos Modolon - SCC Ivone Maria Perassa - Associação Pastoral do Povo da Rua
6. Aprovação da Ata 82 - 12/09/2024 e 7. Devolutiva das ações da plenária anterior;	<p>82ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC - <b>aprovada</b> Resolução Frente Ampla Pró SINASE - composição e cronograma Publicada <a href="https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/resolucoes/2023-14">https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/resolucoes/2023-14</a></p> <p>Plenária de dezembro - sugestão 04 de dezembro, (quarta-feira), às 14 horas. <b>Aprovada</b></p> <p>Definição de datas, horários e membros das Comissões Permanentes - Pendente.</p> <p>Na Plenária atual, de nº 83, o conselheiro Nasser Haidar Barbosa sugeriu que os grupos sejam desmembrados da Comunidade do CEDH, pois com os grupos dentro da comunidade, na correria do dia a dia, as mensagens acabam não sendo visualizadas. A presidenta comentou que a inclusão das comissões na comunidade foi uma experiência aprovada em plenária e acredita que facilita o uso, o conselheiro Diego Lopes Costa concordou com a presidenta, já as conselheiras Maria Del Carmen Cortizo, Cláudia Semensato Andrieux, Rosemeri Miranda Prado se manifestaram favoráveis ao desmembramento. <b>O assunto foi votado e o desmembramento das comissões na Comunidade CEDH foi aprovado.</b></p> <p>Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho e seu Regimento Interno; Foram apresentadas pelo conselheiro Felipe dos Passos - SEF as modificações na Lei nº 16.534, DE 23 de dezembro de 2014, sendo deliberado os seguintes itens: Art. 4º Compete ao CEDH-SC: II - propor às autoridades competentes, por meio da SAS, a deflagração de sindicâncias e inquéritos administrativos ou judiciais, em caso de ameaça ou violação de direitos humanos. Votação: aprovada</p> <p>XIV – elaborar, aprovar e alterar seu regimento interno. Votação: 8 Sim ; 2 Não, Mayara (SCC) e Guilherme (SICOS), os votos contrários foram</p>

justificados pela segurança jurídica que fica comprometida sem a avaliação da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE) e a assinatura do Chefe do poder executivo.

Art. 5º Para cumprir suas finalidades institucionais, o CEDH-SC e seus membros, no exercício de suas funções, poderão:

II – representar à autoridade competente para a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo, visando à apuração da responsabilidade por violações aos direitos humanos ou por descumprimento de sua promoção e aplicação das respectivas penalidades. Votação: aprovada

Art. 7º O CEDH-SC é composto de 19 (dezenove) membros titulares e igual número de suplentes, de forma não paritária, conforme estabelece o artigo 14, inciso I, da Emenda Constitucional do Estado de Santa Catarina nº 67 de 10 de dezembro de 2013, assim distribuídos. Votação: 10 Sim ; 2 Não, Mayara SCC e Guilherme SICOS, os votos contrários foram justificados que embora esteja na constituição, como o CEDH trabalha com votações e acreditam ser necessária a isonomia;

Art 7º, inciso I – 9 (nove) representantes de órgãos públicos, sendo:

1 (um) representante da Secretaria de Estado (conforme consta em lei) e inclusão do termo congênere, este sugerido com o objetivo de evitar mudança no nome da Secretaria e prejudicar o andamento das atividades no Conselho. Votação: 8 Sim; 3 Não (Guilherme SICOS, Mayara SCC e Marcos SED)

j) 1 (um) representante da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina. Votação: aprovada.

Art 7º, § 1º Os representantes dos órgãos públicos serão designados pelos secretários ou chefes das respectivas instituições, ad nutum. Votação: 10 Manter ad nutum; Mandato

§ 2º As organizações da sociedade civil terão mandato de 4 (quatro) anos, sem possibilidade de recondução.

Primeira Votação: Manter como está - 0 votos

Segunda votação: 3 anos + 1 recondução - Unânime

Terceira Votação: 4 anos - 0 votos

Por falta de quórum, será dada continuidade nesse assunto na Plenária de outubro de 2024.

A conselheira Mayara questionou se com a retirada desses itens da Lei, sem a instituição do Regimento Interno, como está o andamento do Conselho. A Presidenta mencionou que até ser aprovado, o que terá valor é a Legislação vigente.

Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos - sugestão de data do encontro/diálogo com as frentes já existentes, sociedade e familiares sobre o Hospital de Custódia;

1. solicitar a participação do CEDH nas próximas reuniões do GMF;

	<p>2. verificar uma data para promover um diálogo on-line, entre as frentes já existentes, sociedade, familiares e órgãos pertinentes e</p> <p>3. solicitar o contato da equipe técnica do Hospital de Custódia com o objetivo de ter na agenda no CEDH principalmente em caso de denúncias ou pedidos de orientações que chegam neste Conselho.</p> <p>Até o momento houve retorno dos questionamentos. Aprovada.</p> <p>Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;</p> <p>A presidenta sugeriu que no início das Plenárias tenha um tempo destinado à formação/estudo dos/as Conselheiros/as, dando continuidade à deliberação já consolidada nesse pleno. Aprovada.</p> <p>Para próxima Plenária, mês de novembro. A conselheira Débora se colocou à disposição. Aprovada.</p> <p>Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua: Mães da Rua e suas violações;</p> <p>contatos iniciais da SAS, pretende-se oficial os comitês já existentes para participarem da comissão estadual do CEDH. Aprovada.</p> <p>Comissão de Comunicação</p> <p>A conselheira Lúcia mencionou que irá tentar vincular o Facebook no Instagram que já existe, porém, está sem acesso à senha (criada em gestões anteriores) e na próxima plenária de outubro prestará informações. Aprovada.</p> <p>Informes Gerais/Agenda Livre.</p> <p>Priorizar na pauta da Plenária de outubro de 2024, as alterações da Lei do Conselho.</p>
<p>8. Definição de datas, horários e membros das Comissões Permanentes</p>	<p>Conselheiros que solicitaram inclusão nas comissões:</p> <p>Fiscalização de Comunidade Terapêutica:</p> <p>Nasser Haidar Barbosa - CDH Maria da Graça Braz;</p> <p>Rosemeri Miranda Prado - FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina;</p> <p>Juliana Lima Medeiros - SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública.</p> <p>Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação em Direitos Humanos:</p> <p>Marcos Leandro Espíndula - SED</p>
<p>09. Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho e seu Regimento Interno;</p>	<p>Art. 7º § 5º As situações de perda e de substituição de mandato, bem como as regras de funcionamento do CEDH-SC, serão definidas no seu regimento interno. O conselheiro Felipe explicou que esse parágrafo foi incluído na Lei, conforme está na Lei do CNDH. <b>Aprovado por unanimidade.</b></p> <p>O art.9º da Lei vigente foi excluído, como menciona o Art. 7º § 5º, o qual será incluído no regimento interno. <b>Aprovado por unanimidade.</b></p> <p>Art. 8º Nas ausências e nos impedimentos justificados dos representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil, assumirão os seus suplentes. <b>Aprovado</b></p>

	<p><b>por unanimidade.</b></p> <p>Art. 10. O CEDH-SC será presidido por um de seus membros, por estes eleito por maioria simples de votos, presentes 2/3 (dois terços) de seus membros, para um mandato de 3 (três) anos, sendo vedada a recondução. <b>Aprovado por unanimidade.</b></p> <p>§ 4º A Secretaria do Conselho, órgão de apoio técnico-administrativo do CEDH-SC, será exercida por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, de nível superior com conhecimento em direitos humanos, indicado pelo titular da SAS e designado por ato do Chefe do Poder Executivo. <b>Aprovado por unanimidade.</b></p> <p>art 11. § 2º As decisões serão tomadas pela maioria dos presentes, desde que atingido o <i>quórum</i> mínimo de metade dos membros. <b>Aprovado por unanimidade.</b></p> <p>Art. 13. O CEDH-SC, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação desta Lei, elaborará o seu regimento interno <b>com quórum qualificado de 2/3 dos membros: Aprovado por unanimidade.</b></p> <p>Art. 17. Periodicamente acontecerá a Conferência Estadual de Direitos Humanos, de acordo com o calendário da Conferência Nacional de Direitos Humanos e precedidas por etapas municipais e/ou regionais para discutir, estudar e avaliar as políticas públicas de Direitos Humanos no âmbito do Estado, com a finalidade de delineá-las e apresentá-las na Conferência Nacional de Direitos Humanos, mediante disponibilidade financeira da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família. <b>Aprovado por unanimidade.</b></p> <p>Art 18. As etapas inerentes ao processo de conferência são a realização de conferências municipais e/ou mesorregionais por todo o estado de Santa Catarina. <b>Aprovado por unanimidade.</b></p> <p>Parágrafo único. Cabe ao CEDH convocar a Conferência Estadual De Direitos Humanos, mediante dotação orçamentária e financeira da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família. <b>Aprovado por unanimidade.</b></p> <p>O conselheiro Felipe sugeriu que a Secretaria Estadual da Fazenda, no setor próprio, faça a revisão na redação da nova Lei. Se propôs a pedir essa gentileza. <b>Aprovado.</b></p> <p>Após a revisão do documento, o conselheiro encaminhará para a presidenta seguir com os encaminhamentos formais na SAS/SC.</p>
<p>10. Comissão de Soluções Fundiárias:</p>	<p>A conselheira Celina Duarte Rinaldi comentou informalmente com o Defensor Público-Geral, Ronaldo Francisco, a provável inclusão de cadeira para Defensoria no CEDH.</p> <p>Quanto à comissão, manifestou que algumas respostas referentes às Resoluções estão sendo recebidas na comissão.</p> <p>Explicou que houveram visitas técnicas no interior do Estado, mas não foi possível participar, devido a falta de disponibilidade/agenda, de veículo ou outras questões. A presidenta sugeriu que seja oficiada à presidência da comissão de Soluções Fundiárias para informar as visitas com antecedência de 15 dias, respeitando o fluxo da SAS que prevê que as solicitações de passagens e diárias devem ocorrer no prazo mínimo de 15 dias. <b>Aprovada.</b></p>
<p>12. Comissão LGBTI +;</p>	<p>Não houve participantes desta comissão na reunião.</p>

<p>13. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos - sugestão de data do encontro/diálogo com as frentes já existentes, sociedade e familiares sobre o Hospital de Custódia;</p>	<p>Frente Ampla do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo/SINASE. Foi informado que no dia 02/10/2024 foi realizada uma reunião com as seguintes representações: presidenta CEDH/FINGER, Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, Secretária de Conselho - CEDCA, Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade - GPSEM, Coordenadora Geral CEDCA, Secretária de Conselho - CEDH e Gerente de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens - GECAJ.</p> <p>Na ocasião, a presidenta do CEDCA, senhora Andréia, explicou que o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo/SINASE não foi assinado pelo governador em Santa Catarina. Observando que consta no Plano do SINASE a responsabilidade do CEDCA em aprová-lo, porém a elaboração do mesmo é de responsabilidade da SAP/SC, contextualizando que, no que se refere às medidas socioeducativas, a SAS é responsável pelo meio aberto e a SAP pelo meio fechado. Outra condicionalidade para elaboração do Plano, estabelecidas em Lei, é seguir as diretrizes nacionais, as quais não foram divulgadas até o momento.</p> <p>A presidenta do CEDCA reiterou que fez contato à SAP/Direção DEASE, a qual convidou o CEDCA e estendeu o convite para os conselheiros do CEDH para visitarem unidades de atendimento socioeducativo.</p> <p>Na reunião foi sugerido que seja elaborada uma Resolução conjunta com o objetivo de fortalecer e monitorar o cumprimento das metas estabelecidas pelo Atendimento Socioeducativo. O conselheiro Nasser e Juliana se colocaram à disposição, sugerindo Joinville.</p> <p>Ficou acordado que sejam enviados convites aos envolvidos nesta temática, e que compete ao CEDCA realizar os devidos encaminhamentos, com convites: Defensoria Pública, SAS, SAP, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado da Saúde e da Educação.</p> <p>A Presidenta CEDCA colocou-se à disposição para redigir a Resolução conjunta e o ofício convidando os conselheiros do CEDH para realizar as aludidas visitas técnicas. <b>Aprovado.</b></p> <p>A secretária do Conselho lembrou que, ainda referente ao CEDCA, foi encaminhado um texto recebido pela senhora Josciane Locateli de Souza referente a morte de um bebê de sete meses em Chapecó, que agora está sendo investigada pela Polícia Civil como um possível caso de negligência médica, propondo, se for do interesse do CEDCA, firmarmos conjuntamente posicionamento a respeito. Segundo a senhora Andréia, o assunto ainda não foi tratado dentro do CEDCA.</p> <p>Denúncia do Presídio de São Miguel do Oeste: A Presidenta mencionou que os representantes da CUT no CEDH informaram via whatsapp que no Presídio de São Miguel do Oeste estão ocorrendo supostas irregularidades acerca da lotação. O CEDH conversou com a mesa diretora que por sua vez, resolveu enviar ofício solicitando informações sobre o quantitativo de vagas e internos no Presídio e teve a seguinte resposta: "Após consulta aos dados disponíveis no Sistema de Identificação e Administração Penal, informa-se que a referida Unidade Prisional dispõe de 176 (cento e setenta e seis) vagas, enquanto atualmente comporta 237 (duzentos e trinta e sete) internos.</p> <p>É importante frisar que a alocação de vagas no Sistema Prisional do Estado de Santa Catarina ocorre de forma regionalizada, consoante a Portaria n.º 784/GABS/SAP, a qual estabelece as jurisdições de cada estabelecimento penal e organiza a distribuição das unidades prisionais por região.</p>
---	---

	<p>Em contrapartida, conforme relatório anexo, o Sistema Prisional opera com um déficit de vagas em todas as regionais, situação que afeta diretamente o remanejamento de internos entre as unidades. Neste aspecto, a Resolução n.º 01/2019 do CNPCP prevê um limite de ocupação de 137,5% (cento e trinta e sete inteiros e cinco por cento) da capacidade de cada unidade, sendo a lotação atual da referida unidade inferior ao limite estabelecido.</p> <p>Além disso, um ponto importante a ser mencionado é que esta Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) não possui a gestão direta dessas vagas, dependendo de autorização judicial para a realização das transferências, conforme estabelecido no Artigo 370 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, que dispõe:</p> <p>“A admissão do preso, condenado ou provisório, dependerá de decisão prévia e fundamentada do juízo da jurisdição destinatária, após receber o pedido de transferência enviado pelo juízo responsável pela execução penal ou pela prisão provisória”.</p> <p>(Processo na íntegra SGP e SAS 4405/2024) A Presidenta reiterou que embora não fique satisfeita com a resposta, pois considera que de fato existe superlotação, foi criada uma norma que salienta que o quantitativo está dentro do que a norma prevê. Solicitou à Comissão de Monitoramento para fazer análise do caso. <b>Aprovado.</b></p>
14. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;	Conforme já informado, a comissão irá retomar as formações, no início da Plenária. <b>Aprovado.</b>
15. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua: Mães da Rua e suas violações;	<p>Está prevista uma reunião desta comissão com a mesa diretora do CEDH, CEAS e CONSEA e a Secretária de Estado da SAS.</p> <p>Ficou deliberado que posteriormente à reunião, será realizada reunião com os comitês municipais para dar suporte aos municípios, independente da situação em que se encontrem (com ou sem comitê instituído), de forma que a equipe técnica da SAS e o CEDH contribuam com a implementação/fortalecimento dos comitês municipais.</p> <p>E depois serão enviados os registros das ações que estão sendo realizadas em SC ao governo Federal, para que o Estado saia desse lugar neutro em que se encontra e o esforço que está sendo realizado seja registrado em âmbito nacional. Concomitante a isso, a conselheira Ivone considera que o Estado terá olhares mais positivos. <b>Aprovada.</b></p>
16. Comissão de Comunicação;	Reunião agendada para próxima semana.
17. Fiscalização de Comunidade Terapêutica	<p>Os/as conselheiros/as Nasser, Juliana e Rosemeri mencionaram interesse em compor esta comissão.</p> <p>Participou da fiscalização de estabelecimento de Saúde em Penha/SC no dia 23 de setembro de 2024, na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Penha (Avenida Nereu Ramos, 315 - Centro, 88385-000, Penha/SC), o conselheiro Diego Lopes Costa Felipe e seu colega de trabalho do Centro de Direitos Humanos de Itajaí, o advogado Ricardo Maçaneiro. Explicou que junto com o Ministério Público foi realizado um relatório, o</p>

	<p>qual posteriormente será enviado ao CEDH. A visita/fiscalização foi motivada por denúncias de familiares e de ex-pacientes. Estavam presentes a Promotoria Pública, o Conselhos Regional de Medicina, Enfermagem e de Psicologia e a Vigilância Sanitária.</p> <p>A Presidenta agradeceu a participação do conselheiro e a disponibilidade em participar da fiscalização, bem como aguarda o relatório para arquivar no CEDH.</p> <p>As próximas reuniões serão realizadas nos dias:  30 de outubro de 2024, na 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Criciúma (MPF - MPSC - Rua Raymundo Procópio;  7 de novembro de 2024, a partir das 9:00h, na Associação dos Municípios do Planalto Norte – Amplanorte, localizada à R. Profa. Maria Espírito Santo, 400 - Centro, Mafra - SC, será realizada capacitação na fiscalização de Comunidades Terapêuticas com a participação das equipes de Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros Militar e Promotorias de Justiça com atuação nos municípios de Irineópolis, Porto União, Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Major Vieira, Três Barras, Monte Castelo, Papanduva, Mafra, Itaiópolis, Rio Negrinho, Campo Alegre e São Bento do Sul.</p> <p>Durante o período da tarde ocorrerá fiscalização em Comunidade Terapêutica da Região.</p> <p>A secretária do Conselho pediu para aqueles que tiverem interesse em participar das fiscalizações, realizem seu pedido de diária em no mínimo dez dias, conforme foi estabelecido no fluxo da SAS.</p>
<p>18. Informes Gerais/Agenda Livre.</p>	<p>A conselheira Celina, lembrou que, conforme informado na plenária de agosto, no dia 10 de dezembro será realizado um seminário no auditório Antonieta de Barros, ALESC para debater sobre os direitos humanos. Reiterou o convite para os Conselheiros para também apoiar, por meio de suas Secretarias/Entidades. Informou que pela manhã haverá uma mesa voltada para o direito à moradia com a presença do Desembargador João de Nadal, do Defensor Público Marcelo Scherer da Silva e do Desembargador Selso de Oliveira, coordenador do programa Lar Legal. Enfatizou o convite para participação dos conselheiros, estudantes, membros da sociedade civil e militantes.</p> <p>A presidenta informou que o GT Nacional Pró-Conferência está preparando para o dia 10 de dezembro lançar o Chamamento da Conferência Nacional.</p> <p>Ainda, informou que participou de reunião do Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina - CEPIn/SC em 04 de outubro, na modalidade à distância e em 18 de outubro ocorrerá uma reunião em formato híbrido, com a opção de participação presencial na Câmara de Vereadores de José Boiteux ou virtualmente, tendo como tema central a Barragem Norte e os impactos sobre a Comunidade Indígena Xokleng Laklãnõ. Na oportunidade, convidou a todos os presentes para participarem.</p>
<p>OBSERVAÇÃO</p>	<p>Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC, para acesso a gravação da reunião.</p> <p>A reunião foi encerrada às 16h20min e a Ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski e, juntamente com a presidenta Erli, assinamos.</p>





# Assinaturas do documento



Código para verificação: **W5IS595G**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:42  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1c1SVM1OTVH> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **W5IS595G** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**84ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC  
ATA 84/2024**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 14/11/2024	Local: Plataforma On-line google pelo link: <a href="https://meet.google.com/gsq-zeyc-eem">meet.google.com/gsq-zeyc-eem</a>	Horário: 14 horas
---------------------	--	----------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	-
<b>substituição</b>	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	-
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	P
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	A
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Titular	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	P
Bruna Roberta Wessner Longen	Suplente	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	J
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	P
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	A
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	A
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	P
Mirella Ilta Machado da Silva	Suplente	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	A
Fabiana de Souza	Titular	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	P
Katia Freitas da Silva	Suplente	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	A
Vanessa Regina Ostrowski	Titular	Governamental	IMA - Instituto do Meio	P

		ntal	Ambiente	
Marco Aurélio Maia Liberato	Suplen te	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	A
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	P
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplen te	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	A
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	P
Vera Lúcia Vargas	Suplen te	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	A
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	P
Valdete Daufemback	Suplen te	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	A
Rogério Manoel Corrêa	Suplen te	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	P
Lucilene Binsfeld	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	A
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplen te	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	J
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplen te	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F
Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	A
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplen te	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	J
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplen te	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	F
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	P
Gabriela Rabello	Suplen te	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	J
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	F
Neudi Antonio Giachini	Suplen te	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	F

## PARTICIPANTES CONVIDADOS

Débora Nunes Barbosa	Momento de Formação
Daniel Santos	Comissão Garantias População de Rua

1. Abertura;
2. Levantamento de quórum;
3. Leitura e aprovação da ordem do dia;
4. Justificativas de ausências;
5. Espaço de Formação;
6. Aprovação da Ata 83º;
7. Devolutiva das ações da plenária anterior;
8. Definição da data da Plenária de Dezembro de 2024;
9. Recomposição da Mesa Diretora - 1º Secretário;
10. Comissão Permanente de Legislação e Normas;
11. Comissão de Soluções Fundiárias;
12. Comissão LGBTI +;
13. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos;
14. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;
15. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua;
16. Comissão de Comunicação;
17. Informes Gerais/Agenda Livre.

1. Abertura;	1. Abertura com as boas-vindas da presidenta Erli Camargo (FINER) e leitura da convocatória pela Secretária de Conselho, Mônica Lipski.
2. Levantamento de quórum;	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
3. Leitura e aprovação da ordem do dia;	<p>- Agrupar Item 14 e item 5, pois referem-se a mesma comissão.  - Inclusão de Apresentação dos novos Conselheiros:  <b>SAS</b> - Ato n° 2010/2024  Fabiana de Souza, em substituição a Débora Nunes Barbosa  <b>Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA</b> - Ato n° 2011/2024  Titular: Vanessa Regina Ostrowski, em substituição a Elias Zacarias Romão.  suplente: Marco Aurélio Maia Liberato, em substituição a Zeliane Vieira.  <b>Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa - SAP</b> - Ato n° 2013/2024  Titular: Silvia Cantarino Rocha dos Santos, em substituição a Bruna Roberta Longen.  suplente: Bruna Roberta Longen, em substituição a Silvia Cantarino Rocha dos Santos.  Os demais Conselheiros/as também se apresentaram.</p> <p>- Adiantar o item recomposição da Mesa Diretora - 1º Secretário, pois precisa de quórum para votação, após o espaço de formação.  - Adiantar o item 15 sobre Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua: Mães da Rua e suas violações, a conselheira Fabiana tem outra agenda;  - Inclusão do item solicitado pelo conselheiro Nasser - Fiscalização das Comunidades de Atendimento Socioeducativo - CASES de Joinville</p>
4. Justificativas de ausências;	<p>- Bruna Roberta Wessner Longen - suplente SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa;  - Ivone Maria Perassa - titular Associação Pastoral do Povo da Rua;  - Gabriela Rabello - suplente CRP 12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região;  - Diego Lopes Costa - titular CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí.</p>
5. Espaço de Formação; 14. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;	<p>Formação: NA ENCRUZILHADA RACIAL: MIGRAÇÃO HAITIANA E O PACTO DA BRANQUITUDE EM SANTA CATARINA  Apresentação: Débora Nunes Barbosa  Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=DJwJ60PXKuE">https://www.youtube.com/watch?v=DJwJ60PXKuE</a></p> <p>A Presidenta agradeceu a senhora Débora pela apresentação e informou que, em dezembro, a pauta do espaço de formação será o relatório do CNDH da missão - População de Rua em Santa Catarina. E em fevereiro o assunto previsto é as células neonazistas. Aprovada.</p>
09.	Mesa Diretora - 1º Secretário: Fabiana de Souza (Secretaria de

<p>Recomposição da Mesa Diretora - 1º Secretário</p>	<p>Estado da Assistência Social, Mulher e Família - SAS), em substituição a ex-conselheira Débora Nunes Barbosa - aprovada</p> <p>Ficando a seguinte composição:  Presidente: Erli Aparecida Camargo (Fundação Instituto Nereu Ramos - FINER);  Vice-presidente: Ivone Maria Perassa (Pastoral Nacional do Povo da Rua);  1º Secretário: Fabiana de Souza (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família - SAS);  2º Secretário: Mayara Modolon (Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC).</p>
<p>15. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua: Mães da Rua e suas violações;</p>	<p>A Conselheira Fabiana de Souza (SAS), informou que no dia 29 de outubro, o CEDH-SC, e as Mesas Diretoras do CEAS, CONSEAS e do CEDH estiveram com a Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, senhora Maria Helena Zimmermann para tratar sobre a Política Estadual e Municipal para a População em Situação de Rua.</p> <p>Na ocasião, a Secretária Maria Helena informou que a criação do Comitê está em andamento, em fase final, para se tornar Decreto de Lei ou Projeto de Lei, a depender da orientação da Casa Civil. Posteriormente, dia 11 de novembro, a Secretária da SAS informou à Diretora de Direitos Humanos que o encaminhamento do processo seria via Decreto de Lei.</p> <p>A Presidenta acrescentou que após o encaminhamento do processo do Decreto de Lei será realizado, na primeira quinzena de fevereiro, o passo seguinte, que é reunir os municípios com os comitês instituídos ou não. Aprovada por unanimidade.</p>
<p>6º. Aprovação da Ata 83</p>	<p>Aprovada</p>
<p>7.Devolutiva das ações da plenária anterior;</p>	<p>Aprovação das Ata n. 83 de 2024 - 10/10  <a href="https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/plenarias/atas-14/2024-20">https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/plenarias/atas-14/2024-20</a> - aprovada</p> <p>Desmembramento das comissões na Comunidade CEDH - whatsapp  Presidenta Erli</p> <p>Conselheiros que solicitaram inclusão nas comissões:</p> <p>Fiscalização de Comunidade Terapêutica: Nasser Haidar Barbosa - CDH Maria da Graça Braz; Rosemeri Miranda Prado - FECESC - Federação dos Trabalhadores no Comércio no estado de Santa Catarina; Juliana Lima Medeiros - SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública.</p> <p>Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação em Direitos Humanos: Marcos Leandro Espíndula - SED</p> <p>Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho  Art. 7º § 5º As situações de perda e de substituição de mandato, bem</p>

<p>como as regras de funcionamento do CEDH-SC, serão definidas no seu regimento interno. O conselheiro Felipe explicou que esse parágrafo foi incluído na Lei, conforme está na Lei do CNDH. Aprovado por unanimidade.</p> <p>O art.9º da Lei vigente foi excluído, como menciona o Art. 7º § 5º, o qual será incluído no regimento interno. Aprovado por unanimidade.</p> <p>Art. 8º Nas ausências e nos impedimentos justificados dos representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil, assumirão os seus suplentes. Aprovado por unanimidade.</p> <p>Art. 10. O CEDH-SC será presidido por um de seus membros, por estes eleito por maioria simples de votos, presentes 2/3 (dois terços) de seus membros, para um mandato de 3 (três) anos, sendo vedada a recondução. Aprovado por unanimidade.</p> <p>§ 4º A Secretaria do Conselho, órgão de apoio técnico-administrativo do CEDH-SC, será exercida por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, de nível superior com conhecimento em direitos humanos, indicado pelo titular da SAS e designado por ato do Chefe do Poder Executivo. Aprovado por unanimidade.</p> <p>art 11. § 2º As decisões serão tomadas pela maioria dos presentes, desde que atingido o quórum mínimo de metade dos membros. Aprovado por unanimidade.</p> <p>Art. 13. O CEDH-SC, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação desta Lei, elaborará o seu regimento interno com quórum qualificado de 2/3 dos membros: Aprovado por unanimidade.</p> <p>Art. 17. Periodicamente acontecerá a Conferência Estadual de Direitos Humanos, de acordo com o calendário da Conferência Nacional de Direitos Humanos e precedidas por etapas municipais e/ou regionais para discutir, estudar e avaliar as políticas públicas de Direitos Humanos no âmbito do Estado, com a finalidade de delineá-las e apresentá-las na Conferência Nacional de Direitos Humanos, mediante disponibilidade financeira da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família. Aprovado por unanimidade.</p> <p>Art 18. As etapas inerentes ao processo de conferência são a realização de conferências municipais e/ou mesorregionais por todo o estado de Santa Catarina. Aprovado por unanimidade.</p> <p>Parágrafo único. Cabe ao CEDH convocar a Conferência Estadual De Direitos Humanos, mediante dotação orçamentária e financeira da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família. Aprovado por unanimidade.</p> <p>O conselheiro Felipe sugeriu que a Secretaria Estadual da Fazenda, no setor próprio, faça a revisão na redação da nova Lei. Se propôs a pedir essa gentileza. Aprovado.</p>
--

	<p>Após a revisão do documento, o conselheiro encaminhará para a presidenta seguir com os encaminhamentos formais na SAS/SC.</p> <p>Comissão de Soluções Fundiárias: A presidenta sugeriu que seja oficiada à presidência da comissão de Soluções Fundiárias para informar as visitas com antecedência de 15 dias, respeitando o fluxo da SAS que prevê que as solicitações de passagens e diárias devem ocorrer no prazo mínimo de 15 dias. enviado.</p> <p>Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos A Presidenta CEDCA colocou-se à disposição para redigir a Resolução conjunta e o ofício convidando os conselheiros do CEDH para realizar as aludidas visitas técnicas.</p> <p>Denúncia do Presídio de São Miguel do Oeste CEDCA está sem presidente Comissão está elaborando uma Resolução a respeito.</p> <p>Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação Formação 14/11 - Sobre o racismo (Débora Barbosa)</p> <p>Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua: Mães da Rua e suas violações; Reunião com a Secretária de Estado sobre a criação do Comitê Estadual da População de Rua</p> <p>Comissão de Soluções Fundiárias A presidenta sugeriu que seja oficiado MPSC para informar as visitas com antecedência de 15 dias, respeitando o fluxo da SAS que prevê que as solicitações de passagens e diárias devem ocorrer no prazo mínimo de 15 dias. De ordem do Doutor Douglas Roberto Martins, informamos que ocorre, às vezes, de determinada Promotoria de Justiça decidir fazer vistoria (por força de determinadas circunstâncias que assim exigem) e/ou nos informar que fará fiscalização em comunidade terapêutica muito próximo à data do evento, dificultando, nesses casos, que observemos o prazo de 15 dias de antecedência para informar ao CEDH e demais órgãos. Contudo, informamos que este Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública informará ao CEDH e demais órgãos sobre as fiscalizações em CTs sempre com a máxima antecedência possível.</p> <p>Informes Gerais/Agenda Livre. A conselheira Celina, lembrou que, conforme informado na plenária de agosto, no dia 10 de dezembro será realizado um seminário no auditório Antonieta de Barros, ALESC para debater sobre os direitos humanos Faça sua inscrição no link <a href="https://forms.gle/qt1SP462fANWPLMd9">https://forms.gle/qt1SP462fANWPLMd9</a></p>
--	---

<p>8. Definição da data da Plenária de Dezembro de 2024;</p>	<p>Conforme enquete no grupo dos Conselheiros no aplicativo <i>WhatsApp</i>, a Plenária foi transferida do dia 04 de dezembro, em formato virtual, para o dia 11 de dezembro, em formato híbrido, haja vista que haverá conselheiros/as presencialmente devido ao Seminário Direitos Humanos em Pauta que ocorrerá na ALESC, dia 10/12. Aprovado.</p> <p>A secretária do Conselho salientou que aqueles que precisam de passagens e diária para Plenária de 11 de dezembro, por favor avisar até terça-feira, dia 19 de novembro, para haver tempo hábil nos encaminhamentos internos, em conformidade com a instrução normativa da SAS. Aprovada</p> <p>Ainda, a secretária informou que não estará na Plenária de dezembro, mas já pediu a colaboração da informática para realizar a transmissão, bem como da conselheira da SAS, Fabiana de Souza, a qual será a anfitriã dos conselheiros/as on-line.</p>
<p>10. Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho</p>	<p>O conselheiro Felipe informou que foi realizada a revisão final do Projeto de Lei.</p> <p>A secretária do Conselho ficou responsável por realizar os encaminhamentos internos na SAS. A intenção é que o Projeto de Lei seja enviado à ALESC ainda este ano, junto com os demais processos governamentais que irão tramitar ainda em 2024. Aprovada</p> <p>O conselheiro Nasser informou que a comissão está elaborando uma nova Resolução das Comissões Permanentes, pois não há criação em Diário Oficial. Mencionou que a secretária Mônica solicitou às comissões que contribuíssem nas competências das suas respectivas comissões e é preciso de um retorno de todas as comissões para auxiliar na elaboração da respectiva Resolução.</p> <p>A presidenta solicitou às comissões que até sexta-feira da próxima semana, dia 22/11, sejam enviadas as atribuições. Sendo que a minuta será apresentada na próxima reunião Plenária. Aprovada</p>
<p>11. Comissão de Soluções Fundiárias:</p>	<p>A conselheira Marlete Oliveira informou sobre uma reunião agendada para o dia 28 de novembro na comarca do TJ de Joinville/SC.</p> <p>Reiterou o convite para o Seminário: Direitos Humanos em Pauta, referente ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, em 10/12/2024, no Auditório Antonieta de Barros - ALESC - Florianópolis - SC.</p>
<p>12. Comissão LGBTI +;</p>	<p>Não houve participantes desta comissão na reunião.</p> <p>A Presidenta mencionou que foi apresentado ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina uma pauta sobre a entidade COMBI/SC, que é uma Coletiva de Mulheres Bissexuais de Santa Catarina. Esta entidade tem como objetivo fortalecer, disseminar, representar, monitorar, defender, promover e pautar os direitos das pessoas bissexuais, em especial, de mulheres bissexuais da classe trabalhadora residentes em Santa Catarina.</p> <p>Acrescentou que esse assunto poderá ser tema para o Plano Estadual.</p>

13. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos

A Secretária do Conselho fez um resumo da reunião da comissão, relatando as deliberações da comissão, conforme reunião ocorrida em 05 de novembro:

Foi solicitado pela Casa de Semiliberdade de Lages - CSL/02 a obtenção de registro desta unidade socioeducativa junto ao CEDH/SC, por meio do e-mail [csl02@dease.sc.gov.br](mailto:csl02@dease.sc.gov.br). Foi deliberado em comissão que o CEDH não tem essa prerrogativa de registrar unidade socioeducativa. E que o registro deve ocorrer no Conselho da Criança e Adolescente. A Secretária Mônica ficou responsável por enviar por e-mail a normativa do CEDCA. Aprovado.

Sobre o Presídio Regional de Mafra e a Penitenciária de São Miguel do Oeste, foi deliberado por uma Resolução. Tendo como referência o processo SAS 4405/2024, que indica um saldo negativo nas unidades penais de Santa Catarina, amparados pela Portaria n.º 784/GABS/SAP, a qual estabelece as jurisdições de cada estabelecimento penal e organiza a distribuição das unidades prisionais por região. A Presidenta do CEDH solicitou que a Secretária faça um esboço da resolução sobre a superlotação e encaminhe para contribuições da comissão de monitoramento. Posteriormente para comissão de Normas e Legislação. Prazo para incluir no grupo a minuta da Resolução: dia 08/11 na comissão.

O conselheiro Nasser sugeriu que ao invés de fazer uma Resolução questionando a Portaria n.º 784/GABS/SAP, seja realizado um ofício recomendando que a Portaria seja reavaliada. Sugeriu ainda, incluir tratados internacionais e outros documentos legais para provocar um questionamento ao GMF/TJ, solicitando uma reunião conjunta com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo - GMF e o Secretário da SAP para esclarecimentos, pois a situação se parece com uma violação de direitos. Aprovada

A Presidenta mencionou que recebeu uma denúncia informando que estão havendo denúncias de assédio moral dentro dos presídios femininos. Sugeriu ouvir as vítimas e acolher as denúncias, de forma sigilosa. Aprovada.

A Presidente mencionou sobre o ex-candidato a vereador, senhor José Constantino Cabral Neto, popular Zé Ceará, que está desaparecido desde 1º de novembro deste ano. Informou ainda, que assim que recebeu a denúncia, foi solicitado informações acerca das investigações para apurar o ocorrido, uma vez que, até onde recebemos notícias, há forte indício de que a abordagem ao desaparecido foi feita na frente de sua casa no dia do fato, pela Polícia Militar. Foi oficiada a Corregedoria Geral da Polícia Militar de Santa Catarina e o TRE-SC. A presidenta solicitou que seja divulgado entre os grupos sobre o desaparecimento. Aprovada

Outra demanda trazida foi uma denúncia sobre a ocorrência de Agressão Policial a Cidadãos Nordestinos e Nortistas em Rio do Sul/SC, no dia 13 de outubro. Diante do fato, foi solicitado informações e providências cabíveis para presidência da ALESC e para a comissão de Direitos Humanos da ALESC. Aprovada.

Mães que choram - Violência intra-hospitalar em Santa Catarina - Foi deliberado agendar uma reunião com a senhora Josciane Souza, a qual nos envia os e-mails relativos ao assunto. Inicialmente será dia 19 de novembro de 2024 às 10 horas em formato on-line, data da próxima reunião. Aprovada.

	<p>Foi recebida no CEDH uma correspondência física sobre a Fiscalização nos CEJAs - região metropolitana de Joinville. Em comissão, foi deliberado solicitar ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina que, na medida da possibilidade, apure o caso. Aprovada.</p> <p>Foi recebida a notícia, por meio da mídia, sobre o caso de racismo na Escola de Educação Básica Tenente Almáchio, na Tapera. A mãe denuncia que a filha, de apenas 10 anos, sofre há mais de 5 anos com ofensas racistas disparadas por colegas. Foi deliberado pelo encaminhamento, para conhecimento e providências que entenderem cabíveis ao CEPA, Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. Aprovada.</p> <p>Sobre o caso disponível em:  <a href="https://ndmais.com.br/seguranca/homem-e-morto-pela-pm-apos-tentar-suicidio-e-ser-salvo-pelos-pais-em-florianopolis-diz-irmao/">https://ndmais.com.br/seguranca/homem-e-morto-pela-pm-apos-tentar-suicidio-e-ser-salvo-pelos-pais-em-florianopolis-diz-irmao/</a>.  Foi encaminhado ofício para o Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública (CCR), senhora Coordenadora Bianca Andrighetti Coelho para conhecimento e providências que entenderem cabíveis. Aprovada.</p>
16. Comissão de Comunicação	Esta comissão não se reuniu.
17. Fiscalização das Comunidades de Atendimento Socioeducativo - CASES de Joinville	<p>O conselheiro Nasser informou que de acordo com a última reunião, na qual estava a senhora Andréia, então presidenta do CEDCA/SC, e o senhor Douglas, responsável pelo sistema Socieducativo em Santa Catarina. Foi combinada uma inspeção nos CASES de Joinville.</p> <p>Na visita a equipe sinalizou observações do grupo e a necessidade de correções. Explicou que foram constatadas questões mais próximas ao aspecto prisional, com medidas de segurança, do que medidas socioeducativas. Apontou que o Diretor da unidade fiscalizada, ofereceu um bom acolhimento à equipe e acolheu as questões sinalizadas.</p> <p>Identificou como aspectos relevantes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) a falta de concurso público, pois muitos profissionais são contratados e considera uma fragilidade esta forma de contratação, pois a gestão está investindo na capacitação da equipe, a qual pode mudar a qualquer momento.</li> <li>2) a lógica do sistema prisional, priorizando a segurança ao invés da socioeducação. Explicou que há jovens internados que ficam 22 horas isolados em seus quartos e o que diminui o prazo de isolamento é um sistema de “recompensa”, conforme apresenta o seu comportamento. Foi destacada a questão da saúde mental desses jovens, devido ao alto índice de suicídio.</li> </ol> <p>Por fim, em linhas gerais, observou que houve um esforço com melhorias desde a última fiscalização até esta atual.</p> <p>A Presidenta afirmou que os diálogos que tratam deste assunto, vão continuar por parte do Conselho entre o CEDCA, a SAS e a SAP, devendo ser encaminhados ofícios conjuntos quando necessários.</p>
18. Informes	A Presidenta reiterou o convite para para o Seminário: Direitos

Gerais/Agenda Livre.	Humanos em Pauta, referente ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, em 10/12/2024, no Auditório Antonieta de Barros - ALESC - Florianópolis - SC.
OBSERVAÇÃO	Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC, para acesso a gravação da reunião ou acessar a página do Conselho no Youtube, conforme link: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=DJwJ60PXKuE">https://www.youtube.com/watch?v=DJwJ60PXKuE</a> A reunião foi encerrada aproximadamente às 17 horas e a Ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski e, juntamente com a presidenta Erli, assinamos.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **69X9JF1H**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:42  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzY5WDIKRjFI> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **69X9JF1H** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**85ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC  
ATA 85/2024**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 11/12/2024	Plataforma On-line google pelo link: <a href="https://meet.google.com/kiv-apdn-vpe">https://meet.google.com/kiv-apdn-vpe</a> <a href="https://www.youtube.com/live/7ITOGAPBe3Q">https://www.youtube.com/live/7ITOGAPBe3Q</a> Presencial: Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Sala de Pedra Rua Dr. Fúlvio Aducci, 767, Estreito - (frente) Rua General Eurico Gaspar Dutra, 746, Estreito - (fundos)	Horário: 14 horas
---------------------	---	----------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	J - Férias
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Iara Regina Ávila Portela	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Titular	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	P
Bruna Roberta Wessner Longen	Suplente	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	A
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	Presencial
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	A
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P

Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	P
Mirella Ilta Machado da Silva	Suplente	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	A
Fabiana de Souza	Titular	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	Presencial
Katia Freitas da Silva	Suplente	Governamental	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	A
Vanessa Regina Ostrowski	Titular	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	P
Marco Aurélio Maia Liberato	Suplente	Governamental	IMA - Instituto do Meio Ambiente	A
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplente	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	Presencial
Vera Lúcia Vargas	Suplente	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	Presencial
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	P
Valdete Daufemback	Suplente	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	A
Rogério Manoel Corrêa	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	J - outra agenda
Lucilene Binsfeld	Suplente	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	Presencial
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplente	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplente	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F

Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	Presencial
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplente	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	F
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	F
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	Presencial
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	A
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	P
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	A

### PARTICIPANTES CONVIDADOS

Conselheiro Darcy Costa, Coordenador da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua e representante do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-SP) e Luís Bernardo Delgado Bieber, assessor técnico do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.	Momento de Formação
Daniel Santos	Comissão Garantias População de Rua
Dhieniffer Ferreira de Carvalho	Secretaria de Estado da Fazenda

Ordem do Dia:

1. Abertura;
2. Espaço de Formação com o tema População em Situação de Rua (Relatório da Missão em SC)
3. Levantamento de quórum;
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;
5. Justificativas de ausências;
6. Aprovação da Ata 84ª;
7. Devolutiva das ações da plenária anterior;
8. Comissão Permanente de Legislação e Normas;
9. Comissão de Soluções Fundiárias;

10. Comissão LGBTI +;
11. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos;
12. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;
13. Comissão de Comunicação;
14. Informes Gerais/Agenda Livre.

<p>1. Abertura;</p>	<p><b>A presidenta Erli Camargo</b> (FINER) deu início à reunião desejando boas-vindas, destacando sua presença física na Plenária, devido à realização do Seminário de Direitos Humanos no dia anterior.</p> <p>A conselheira Fabiana de Souza, da SAS-SC, conduziu a leitura da convocatória.</p>
<p>2. Espaço de Formação com o tema População em situação de rua (Relatório da Missão em SC)</p>	<p>O Coordenador da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua e representante do MNPR-SP, senhor <b>Darcy Costa</b>, abriu a discussão revelando que o relatório da missão foi motivado por denúncias alarmantes de internações compulsórias e violência institucional. Em abril de 2024, <b>uma missão percorreu o Estado de Santa Catarina</b>, realizando visitas, reuniões, audiências públicas e inspeções em locais de atendimento, equipamentos e serviços de assistência social e saúde. Participaram do processo ativamente, instituições de defesa dos direitos humanos, a defensoria pública e a pastoral do povo da rua. <b>Uma escuta qualificada foi conduzida diretamente com as pessoas em situação de rua</b>, através de visitas aos equipamentos da Assistência Social Centros Pop. O resultado desse intenso trabalho foi o relatório recentemente publicado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos.</p> <p><b>Luís Bernardo Delgado Bieber</b>, assessor técnico do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, deu continuidade, explicando que a missão teve início após denúncias recebidas pelo CNDH, e que as cidades visitadas foram Florianópolis, Palhoça, Balneário Camboriú e Criciúma. As denúncias recebidas giraram em torno de <b>violência policial, internações em comunidades terapêuticas, ausência de serviços públicos e discurso de ódio.</b></p> <p>A comissão constatou a <b>falta ou a má organização dos serviços públicos</b>. Chamou atenção para o capítulo 5 do relatório, que destaca “ações que a missão não encontrou e deveria encontrar”. Observou-se que o Conselho de Políticas de Drogas, apesar de existir nos quatro municípios visitados, não estava em pleno funcionamento ou não tinha registros adequados de suas atividades. Também foram identificadas a <b>ausência de comitês intersetoriais de acompanhamento e monitoramento da política para a população em situação de rua, a falta de políticas de moradia e alimentação para essa população e o funcionamento precário dos serviços de saúde e assistência social</b>. Diante disso, a equipe do CNDH fez recomendações às Prefeituras visitadas, e salientou a criação de serviços próprios que não se enquadram na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e, portanto, não receberam recursos federais.</p> <p>A Presidente <b>propôs dois pontos focais para o trabalho do Conselho Estadual em 2025</b>: verificar as recomendações do relatório relativas ao Ministério Público e sugerir uma redefinição na linha de atuação deste, por meio do diálogo com outros Conselhos, sugerindo o CONSEA. Considera que há uma escolha</p>

	<p>governamental, como a recusa em utilizar recursos federais.</p> <p><b>O conselheiro Nasser</b> relatou uma escala de ações preocupantes em Joinville contra a população em situação de rua nos últimos meses, e identificou omissão e uma possível decisão ideológica por parte do Governo em não utilizar recursos federais.</p> <p><b>A conselheira Maiara</b> contrapôs a fala da presidente, ressaltando a importância do tema e reconhecendo os esforços do governo estadual em políticas públicas e investimentos para a população em situação de rua, especialmente em Florianópolis. Enfatizou que a questão não é responsabilidade exclusiva do governo e que a situação se entrelaça com a dependência química.</p> <p><b>O conselheiro Nasser</b> reforçou que a terminologia correta é "pessoas em situação de rua" e que essa condição é social e passível de mudança. Alertou para o potencial de violação de direitos em comunidades terapêuticas e a necessidade de considerar o desejo da pessoa. Defendeu que o foco do Conselho deve ser a garantia de direitos e a dignidade humana.</p> <p><b>A conselheira Fabiana</b> agradeceu a presença dos convidados e informou que as Diretorias de Assistência Social e de Direitos Humanos estão trabalhando desde agosto de 2024 na criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua (CIAMP), sendo que uma minuta de Decreto está em tramitação e que estão com um anteprojeto de lei para que futuramente seja implantada a Política Estadual.</p> <p><b>O senhor Luís Bernardo Delgado Bieber</b> concluiu a discussão reiterando que a responsabilidade principal pelo atendimento à população em situação de rua é da gestão municipal, mas apontou a omissão do Estado, especialmente na violência policial e na falta de coordenação estadual para ofertar suporte municipal, que deveria envolver todas as secretarias estaduais relevantes. Na íntegra, o Relatório da missão disponível em <a href="https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-missao-sc-poprua">https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-missao-sc-poprua</a> A fala do CNDH no momento de formação disponível durante a plenária, <a href="https://www.youtube.com/live/7ITOGAPBe3Q">https://www.youtube.com/live/7ITOGAPBe3Q</a>.</p>
3. Levantamento de quórum;	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;	Aprovada
5. Justificativas de ausências;	Marcos Leandro Espindula Rogério Manoel Corrêa
6º. Aprovação da Ata 84	Aprovada

<p>7.Devolutiva das ações da plenária anterior;</p>	<p>84ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC - 14/11//2024  Aprovação da Ata 83 de 2024  Todas aprovadas e publicadas em <a href="https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/plenarias/atas-14/2024-20">https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/plenarias/atas-14/2024-20</a></p> <p><b>Espaço de Formação e Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação - NA ENCRUZILHADA RACIAL: MIGRAÇÃO HAITIANA E O PACTO DA BRANQUITUDE EM SANTA CATARINA</b>  Apresentação: Débora Nunes Barbosa  Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=DJwJ60PXKuE">https://www.youtube.com/watch?v=DJwJ60PXKuE</a></p> <p><b>Recomposição da Mesa Diretora - 1º Secretário</b>  <b>1º Secretário: Fabiana de Souza</b> (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família - SAS), em substituição a ex conselheira Débora Nunes Barbosa</p> <p><b>Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua:</b> A Secretária da SAS informou à Diretora de Direitos Humanos da SAS que o encaminhamento do processo será via Decreto de Lei. O encaminhamento do processo do Decreto de Lei será realizado na primeira quinzena de fevereiro, o passo seguinte, que é reunir os municípios com os comitês instituídos ou não.  Definição da data da Plenária de Dezembro de 2024;  Dia 11 de dezembro, em formato híbrido, haja vista que haverá conselheiros/as presencialmente devido ao Seminário Direitos Humanos em Pauta que ocorrerá na ALESC, dia 10/12.</p> <p><b>Comissão Permanente de Legislação e Normas:</b> Lei de Criação do Conselho - Em tramitação - Processo SAS 00005019/2024  Reunião com a Secretária Adjunta, senhora Luciane dos Passos - 02/12</p> <p>Nova Resolução das Comissões Permanentes, pois não há criação em Diário Oficial.  <b>A presidenta</b> solicitou às comissões que até sexta-feira da próxima semana, dia 22/10, sejam enviadas as atribuições. Sendo que a minuta será apresentada na próxima reunião Plenária. Aprovada  Atendido apenas pela Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação e Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos.</p> <p>Foi solicitado pela Casa de Semiliberdade de Lages - CSL/02 a obtenção de registro desta unidade socioeducativa junto ao CEDH/SC, por meio do e-mail <a href="mailto:csl02@dease.sc.gov.br">csl02@dease.sc.gov.br</a>. Foi deliberado em comissão que o CEDH não tem essa prerrogativa de registrar unidade socioeducativa. E que o registro deve ocorrer no Conselho da Criança e Adolescente. A Secretária Mônica ficou responsável por enviar por e-mail a normativa do CEDCA. Aprovado e enviado.</p> <p>Sobre o Presídio Regional de Mafra e a Penitenciária de São Miguel do Oeste, foi deliberado por um ofício recomendando que a Portaria</p>
---	--

seja reavaliada. O conselheiro Nasser - A secretária de Conselho Mônica pediu ajuda para o conselheiro Nasser na formulação do documento - em andamento.

**A Presidenta** mencionou que recebeu uma denúncia informando que estão havendo denúncias de assédio moral dentro dos presídios femininos. Sugeriu ouvir as vítimas e acolher as denúncias, de forma sigilosa - aguardando.

**A Presidenta** mencionou sobre o ex-candidato a vereador, senhor José Constantino Cabral Neto, popular Zé Ceará, que está desaparecido desde 1º de novembro deste ano. Informou ainda, que assim que recebeu a denúncia, foi solicitado informações acerca das investigações para apurar o ocorrido, uma vez que, até onde recebemos notícias, há forte indício de que a abordagem ao desaparecido foi feita na frente de sua casa no dia do fato, pela Polícia Militar. Foi oficiada a Corregedoria Geral da Polícia Militar de Santa Catarina e o TRE-SC. A presidenta solicitou que seja divulgado entre os grupos sobre o desaparecimento - confirmado o falecimento.

Outra demanda trazida foi uma denúncia sobre a ocorrência de Agressão Policial a Cidadãos Nordestinos e Nortistas em Rio do Sul/SC, no dia 13 de outubro. Diante do fato, foi solicitado informações e providências cabíveis para presidência da ALESC e para a comissão de Direitos Humanos da ALESC - ainda não tivemos retorno dos ofícios.

Mães que choram - Violência intra-hospitalar em Santa Catarina - a senhora Josciane Souza, a qual nos envia os e-mails relativos ao assunto, participou da reunião realizada em 19 de novembro de 2024 em formato on-line e está participando desta comissão.

A correspondência física recebida no CEDH sobre a Fiscalização nos CEJAs - região metropolitana de Joinville, foi deliberada por solicitar ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina que, na medida da possibilidade, apure o caso - ainda não tivemos retorno do ofício.

Em relação à notícia sobre o caso de racismo na Escola de Educação Básica Tenente Almáchio, na Tapera. A mãe denuncia que a filha, de apenas 10 anos, sofre há mais de 5 anos com ofensas racistas disparadas por colegas. Foi deliberado pelo encaminhamento, para conhecimento e providências que entenderem cabíveis ao CEPA, Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. ainda não tivemos retorno do ofício.

Sobre o caso disponível em:

<https://ndmais.com.br/seguranca/homem-e-morto-pela-pm-apos-tentar-suicidio-e-ser-salvo-pelos-pais-em-florianopolis-diz-irmao/>.

Foi encaminhado para o Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública (CCR), senhora Coordenadora Bianca Andrighetti Coelho para conhecimento e providências que entenderem cabíveis. A Notícia de Fato foi encaminhada para a Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca da Capital, via SIG-MPSC (Protocolo n. 02.2024.00146330-4).

	<p><b>O conselheiro Nasser</b> informou que de acordo com a última reunião, na qual estava a senhora Andréia, então presidenta do CEDCA, e o senhor Douglas, responsável pelo sistema Socieducativo em Santa Catarina. Foi combinada uma inspeção nos CASES de Joinville. Na visita foi sinalizado todas as observações da comissão e necessidade de correções. Explicou que foi observado questões mais próximas ao aspecto prisional, com medidas de segurança, do que medidas socioeducativas. Apontou que o Diretor da unidade fiscalizada, ofereceu um bom acolhimento à equipe e aceitou as questões sinalizadas.</p> <p>Identificou como aspectos relevantes:</p> <p>1) a falta de concurso público, pois muitos profissionais são contratados e considera uma fragilidade esta forma de contratação, pois a gestão está investindo na capacitação da equipe, a qual pode mudar a qualquer momento.</p> <p>2) a lógica do sistema prisional, onde prioriza a segurança ao invés de socioeducativo, explicando que os jovens internados ficam 22 horas isolados em seus quartos e o que diminui o prazo de isolamento é um sistema de “recompensa”, conforme apresenta seu comportamento. Foi destacada a questão da saúde mental desses jovens, devido ao índice de suicídio.</p> <p>Por fim, em linhas gerais, observou que houve um esforço com melhorias desde a última fiscalização até esta atual.</p> <p>A Presidenta afirmou que os diálogos que tratam deste assunto, vão continuar por parte do Conselho entre o CEDCA, a SAS e a SAP, devendo ser encaminhados ofícios conjuntos quando necessários.</p> <p>Após a leitura das ações da plenária anterior, a Presidente propôs que os itens sinalizados em amarelo, os quais estão pendentes no CEDH voltem para pauta para que sejam finalizados. Aprovado</p> <p><b>A conselheira Valdicéia</b> SED, informou que referente ao caso de racismo na Escola de Educação Básica Tenente Almáchio, na Tapera, irá identificar onde está e providenciar a resposta ao CEDH.</p>
<p>08. Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho</p>	<p><b>O conselheiro Nasser</b> informou que está finalizando a Resolução que regulamenta as Comissões e que a apresentará na próxima Plenária. A presidenta informou que, em 02 de dezembro de 2024, reuniu-se com a secretária-adjunta de Estado, a Diretora de Direitos Humanos, a Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, a Secretária do CEDH e o conselheiro Felipe, e que esse apresentou as mudanças na Lei do Conselho.</p> <p>A justificativa da alteração na Lei é atualizar o texto legal e proporcionar maior eficácia à sua aplicação, especialmente em relação aos quesitos técnicos.</p> <p>O processo (SAS 5019/2024) está em andamento no SGPe, com pedido de agilidade para tramitação ainda este ano ou início de 2025. A conselheira Fabiana confirmou a informação e disse que o processo está na PGE para análise.</p>
<p>09. Comissão de Soluções Fundiárias:</p>	<p><b>A conselheira Celina Rinaldi</b> iniciou a discussão mencionando o seminário "Direitos Humanos em Pauta", que abordou o direito à moradia. Ela destacou que a Defensoria Pública está realizando uma audiência pública sobre os desafios da moradia para a faixa 1 do CadÚnico.</p> <p>Relembrou que em 2024, a comissão:</p> <p>Elaborou uma Resolução sobre a ocupação Anita Garibaldi e recebeu respostas de algumas Secretarias de Estado e do</p>

	<p>Judiciário. Trabalhou junto à ocupação Mariele Franco, que busca ser contemplada pelo programa Minha Casa Minha Vida, e a situação de Naufragados também está sendo acompanhada.</p> <p><b>A conselheira Lucilene</b> sugeriu que os pagamentos relacionados às moradias dos programas habitacionais precisam ser repensados, pois a população beneficiária não tem o hábito de realizar esses pagamentos.</p> <p><b>A conselheira Iara</b> acrescentou que despejos por falta de pagamento não correspondem ao processo de inclusão social.</p> <p><b>A conselheira Celina</b> explicou que o programa Minha Casa Minha Vida é gerenciado pela Caixa Econômica Federal em convênio com os municípios e administrado por uma administradora de condomínio, e que a questão envolve a administradora e a legislação, as quais estão fragilizadas.</p> <p><b>A presidenta</b> sugeriu aguardar o resultado da audiência pública na ALESC antes de tomar qualquer providência e propôs que a Defensoria Pública seja oficiada para informar o resultado para que o CEDH possa fazer proposições. A proposta foi aprovada.</p>
<p>10. Comissão LGBTI +;</p>	<p>Não houve participantes desta comissão na reunião.</p> <p><b>A Presidenta</b> mencionou que no Seminário, a penúltima mesa do dia, foi voltada a esse tema. Salientou que o Seminário está disponível na íntegra no canal do Youtube/ALESC.</p>
<p>11. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos</p>	<p><b>A senhora Josciane Locatelli Souza</b> apresentou-se e mencionou que está participando da comissão a convite da presidenta, pois encaminha e-mails sobre violência Intra-hospitalar em Santa Catarina ao CEDH, sendo convidada a integrar a comissão. Expressou grande preocupação com a violência nos espaços de saúde e relatou sua participação na Conferência Estadual de Saúde, sugerindo a implementação de Políticas Públicas Preventivas pelo Estado. A proposta foi aprovada, mas atualmente não há recursos orçamentários. Ela solicita que o CEDH inclua a implementação dessas políticas no Plano Estadual para proteger as pessoas durante o atendimento. Mencionou que sua luta é por medidas preventivas e considera que o atendimento é para “pessoas humanas” e não apenas usuários do SUS.</p> <p>A sugestão é encaminhar as denúncias compiladas pela senhora Josciane à Secretaria Estadual de Saúde e questionar sobre as medidas preventivas que serão adotadas. Os próximos passos incluem: a) leitura do relatório pelos membros da comissão; b) estudo e elaboração de recomendações pela comissão; c) tramitação para a Comissão de Normas para elaboração de uma Resolução com as recomendações. A proposta foi aprovada.</p>
<p>12. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;</p>	<p><b>A conselheira Lucilene</b> informou que a comissão retomou suas reuniões em outubro, e os participantes concordaram em manter os 30 minutos iniciais de cada Plenária do CEDH para formação. Os seguintes temas foram definidos para o processo formativo: Racismo (Novembro), Relatório Visita POP Rua (Dezembro) e Relatório células nazistas (Fevereiro de 2025). Posteriormente, a</p>

	<p>comissão trabalhará na estruturação do plano de Direitos Humanos para o Estado, com base nas deliberações da Conferência Estadual. O calendário de reuniões da comissão será às segundas quartas-feiras do mês, às 17:30.</p>
13. Comissão de Comunicação;	<p>Não havia nenhum membro da comissão na reunião</p>
14. Informes Gerais/Agenda Livre.	<p><b>A presidenta</b> informou que a Conferência Estadual de Direitos Humanos está validada, pendente apenas da definição dos Delegados por Estado. Ela solicitou que a Comissão de Políticas Públicas avalie a possibilidade de diálogo com outros Conselhos e demais atores envolvidos na garantia dos direitos humanos. A solicitação foi aprovada.</p> <p><b>A conselheira Lucilene</b> sugeriu a realização de Seminários com base nos temas discutidos no Seminário de Direitos Humanos.</p>
OBSERVAÇÃO	<p>Os(As) interessados(as) em obter informações completas da reunião podem entrar em contato com a Secretaria do CEDH-SC para acessar a gravação ou assistir ao vídeo na página do Conselho no YouTube: <a href="https://www.youtube.com/live/7ITOGAPBe3Q">https://www.youtube.com/live/7ITOGAPBe3Q</a>. A reunião foi encerrada por volta das 17 horas e a Ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski, e assinada por ela e pela presidenta Erli.</p>



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **Y64LAP54**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:42  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.  
(Assinatura do sistema)

✓ **MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI** (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1k2NExBUDU0> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **Y64LAP54** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.